

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO**



**Marcelo Luiz Guedes Fonseca**

**Sustentabilidades e Valores em Projetos  
de Desenvolvimento Local: Um estudo  
sobre o Município de Rio das Ostras**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Josafá Carlos de Siqueira SJ

Rio de Janeiro  
Outubro de 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO**



**Marcelo Luiz Guedes Fonseca**

**Sustentabilidades e Valores em Projetos  
de Desenvolvimento Local: Um estudo  
sobre o Município de Rio das Ostras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**Prof. Dr. Josafá Carlos de Siqueira SJ**

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC - RIO

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Pini Rosalém da Fonseca**

Departamento de Serviço Social – PUC – RIO

**Prof. Dr. Rogério Ribeiro Oliveira**

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC – RIO

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rejan Rodrigues Guedes-Bruni**

Jardim Botânico - RJ

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Marcelo Luiz Guedes Fonseca**

Graduou-se bacharel com licenciatura plena em Geografia pelo Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio em 2002. Atua como professor do ensino fundamental e médio e atuou no Projeto Formação de Valores Ético-Ambientais para o Exercício da Cidadania, pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente(NIMA) da PUC-Rio em 2008 e 2009.

#### Ficha Catalográfica

Fonseca, Marcelo Luiz Guedes

Sustentabilidades e valores em projetos de desenvolvimento local: um estudo sobre o Município de Rio das Ostras / Marcelo Luiz Guedes Fonseca; orientador: Josafá Carlos de Siqueira. – 2009.

98 f. : il.(color.) ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Geografia)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Sustentabilidades. 3. Valores éticos. 4. Desenvolvimento local. 5. Territorialidades. 6. Rio das Ostras/RJ. I. Siqueira, Josafá Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia. III. Título.

CDD: 910

## **Agradecimentos**

Durante o mestrado atravessamos várias fases: o retorno à sala de aula; leituras e papers; palestras e seminários; novos colegas, professores e amigos; consensos e dissensos; a eterna busca pela disciplina; carências e estafas; enfim, passamos por um longo período de questionamentos e realizações. Sem poder me desfazer da árdua tarefa de lecionar no ensino público, e “réu confesso” de ser avesso a cargas constantes de leituras e as regras institucionais, chego à fase final com satisfação de mais uma meta cumprida.

A maior conquista alcançada foi o fortalecer da consciência para a disciplina e a metodologia de pesquisa. Isso somado ao desafio de estar na primeira turma do mestrado em geografia, de fazer valer o nome de um departamento a quem devo muito da minha vida.

Assim como na sustentabilidade agradeço nas dimensões daqueles que foram fundamentais no cumprimento do nosso trabalho.

### **Dimensão Espiritual:**

Deus, Jesus Cristo de Nazaré, ao Grande Espírito da Natureza, a Tenda de Umbanda Macaia, e a Fundação Condor Blanco de crescimento pessoal.

### **Dimensão Familiar:**

Meus pais, meu padrasto, minhas irmãs, meus irmãos, meus sobrinhos, e minha família de amigos que me acompanham pela vida. Um agradecimento especial a Tia Marília e ao André Coelho por deixarem sempre abertas as portas de sua casa em Rio das Ostras.

### **Dimensão Acadêmica:**

Prof. Dr<sup>o</sup> Josafá Carlos de Siqueira SJ, meu orientador, que soube perdoar e entender minhas ausências e sumiços. Agradeço-o, especialmente, por acreditar em mim, mesmo com minhas deficiências e teimosias e pela atenção redobrada na leitura de cada capítulo que lhe fora apresentado, por sua disponibilidade e pela forma como conduziu todo o processo de orientação.

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Pini Rosalem da Fonseca, membro da banca, por seu estilo sempre amoroso, por suas críticas e sugestões fornecidas;

Prof Dr Rogério Ribeiro de Oliveira, membro da banca, pelas suas preciosas críticas e observações que fizeram meu trabalho estar mais condizente com os padrões de um trabalho de mestrado.

A todos os professores Doutores do curso de Pós-Graduação e as funcionárias do Dpto de Geografia Edna e Márcia que são nossas anjas da guarda.

Ao Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da PUC - Rio (NIMA).

Ao estagiário de publicidade do NIMA Paulo Dreyer pelo apoio na formatação do texto.

Meus colegas de curso em especial a turma 2007/2.

### **Dimensão Institucional**

A Prefeitura do Município de Rio das Ostras.

A Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAP).

A excelentíssima Sr<sup>a</sup> Kátia Brandão Secretária Municipal de Ciência e Tecnologia e sua assessoria, pela inestimável contribuição com contatos e informações para nosso estudo.

Ao biólogo Francisco José Figueiredo Coelho e toda equipe de gestores das Unidades de Conservação do Município de Rio das Ostras, guerreiros incansáveis da causa ambiental e responsáveis diretos pelo sucesso no modelo de gestão nas UC's do município, exemplo a ser seguido.

## Resumo

Fonseca, Marcelo Luiz Guedes; Siqueira, Josafá Carlos de. **Sustentabilidade e Valores em Projetos de Desenvolvimento Local: Um estudo sobre o Município de Rio das Ostras**. Rio de Janeiro, 2009. 96p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho busca identificar como as dimensões, os critérios e os valores ligados as sustentabilidades se concretizam territorialmente na comunidade local de Rio das Ostras. O estudo abrange o Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Município, com ênfase no Parque Municipal dos Pássaros e o modelo de urbanização e paisagismo da praia de Costa Azul.

## Palavras-Chave

Sustentabilidades, valores éticos, desenvolvimento local, territorialidades, Rio das Ostras/RJ.

## **Abstract**

Fonseca, Marcelo Luiz Guedes; Siqueira, Josafá Carlos de (Advisor). **Sustainability and Values in Local Development Project: A study of The Município of Rio das Ostras**. Rio de Janeiro, 2009. 96p. MSc. Dissertation - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aims to identify how the dimensions, criteria and values related to sustainability are realized territorially in the local community of Rio das Ostras. The study covers the Management Plan of Conservation Units in the city, with emphasis on the Municipal Park of the Birds and the Costa Azul beach urban development and landscaping model. This study

## **Keywords**

Sustainabilities, ethical values, local development, territoriality, Rio das Ostras/RJ

## Sumário

1. Introdução	13
2. Categorias teóricas	18
2.1. Desenvolvimento Sustentável ou Modelo de Sustentabilidades?	18
2.1.1 Outras Considerações Sobre o Desenvolvimento Sustentável	21
2.1.2 As Diferentes Dimensões e Critérios de Sustentabilidades	22
2.1.3 Sustentabilidade e Espiritualidade	28
2.1.4 Sustentabilidade e Ética	32
2.1.5 Sustentabilidade socioambiental Local e Territorialidades	35
3. Construção do objeto	40
3.1 Apresentando o município de Rio das Ostras	40
3.1.1 Breve histórico do município de Rio das Ostras	40
3.1.2 Caracterização do município de Rio das Ostras	42
3.1.3 Aspectos Demográficos	43
3.1.4 Aspectos Turísticos	45
4. Estudo dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UC's) e Orla de Costa Azul	49
4.1 Histórico das Unidades de Conservação	49
4.2 APA da Lagoa de Iriry	53
4.3 ARIE de Itapebussus	57
4.4 MN dos Costões Rochosos	61
4.5 Parque dos Pássaros	63
4.6 Orla de Costa Azul	71
5. Conclusão	74
6. Referências Bibliográficas	78
7. Anexos	81

7.1 Fotos 81

Foto 1	- Figueira Centenária	81
Foto 2	- Poço de Pedra	82
Foto 3	- Placa informativa	82
Foto 4	- Espaço para lazer	83
Foto 5	- Área de lazer	83
Foto 6	- Lagoa de Iriry	84
Foto 7	- Lagoa de Itapebussus	84
Foto 8	- Visão parcial dos costões rochosos	85
Foto 9	- Praia Areias Negras e praia virgem	85
Foto 10	- Entrada do Parque dos Pássaros	86
Foto 11	- Empreendimento imobiliário	86
Foto 12	- Vista frontal do viveiro	87
Foto 13	- Placa explicativa na trilha do Parque	87
Foto 14	- Casal de aves dentro do viveiro	88
Foto 15	- Papagaio em processo de triagem	88
Foto 16	- Espécie de pássaro no viveiro	89
Foto 17	- Início do calçadão em Costa Azul	89
Foto 18	- Área de lazer integrada à restinga	90
Foto 19	- Praça da baleia	90

7.2 Figuras	91
Figura 1 - Regiões de governo e micro regiões geográficas	42
Figura 2 - Imagem de satélite da zona urbana de Rio das Ostras	91
Figura 3 - Imagem de satélite – Limite da ARIE de Itabebussus e Zona de Amortecimento	56
Figura 4 - Mapa de Zoneamento do MN Costões Rochosos	92
Figura 5 - Mapa de Uso Atual e Cobertura do Solo do MN Costões Rochosos	92
Figura 6 - Locação do Parque sob foto aérea	93
Figura 7 - Perspectiva do viveiro de pássaros	93
7.3 Gráficos e tabelas	94
Gráfico 1 - População de Rio das Ostras – 1996 - 2008	94
Gráfico 2 - Origem de visitantes – Parque dos Pássaros - 2009	95
Tabela 1 - Instituições Visitantes do Parque Natural Municipal dos Pássaros no 1º semestre de 2009	95
Tabela 2 - Número de visitantes e origem	97
7.4 Mapa	98

## Lista de siglas e abreviaturas

- UICN - União Mundial Para a Natureza
- RIO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Cidade do Rio de Janeiro em 1992
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- Rio+10 - Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável na cidade de Joanesburgo em 2002
- WWF - Sigla da *World Wide Found for Nature*, ONG sediada na Suíça.
- ONG - Organização Não Governamental
  
- TCE-RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio da Janeiro
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- SEMAP - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
- APA - Área de Proteção Ambiental
- MN - Monumento Natural
- UC'S - Unidades de Conservação

“Assumimos nossa humanidade à medida que reconhecemos que o homem não é o tirano da Natureza, mas um canal através do qual o Cosmos pode se presentificar de novas maneiras, uma abertura para o Ser-vir”.

Nancy Mangabeira Unger, *O encantamento do humano.*

## Introdução

A presente dissertação tem por objetivo contribuir para o debate em torno do termo desenvolvimento sustentável sob a ótica de dimensões e critérios de sustentabilidades. Somados a este intuito estão às questões da dimensão espiritual e dos valores pautados na ética voltados para sustentabilidade, e como esses fatores estão criando novas territorialidades locais no município de Rio das Ostras. O objetivo se cumpre através do estudo sobre o Plano de Manejo das Unidades de Conservação e do projeto paisagístico de Costa Azul, ambos desenvolvidos pela prefeitura do Município de Rio das Ostras.

O município de Rio das Ostras, como outros da região Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, tem sido beneficiado financeiramente em função do pagamento de royalties pelas empresas petrolíferas. Entretanto nos foi possível considerar que potenciais de benefícios para o desenvolvimento local estão ultrapassando a lógica quantitativa financeira, para fundar-se nas sustentabilidades e valores socialmente construídos. A população de Rio das Ostras vem passando recentemente por significativas transformações sócio-espaciais, no seu ponto de vista demográfico. Sua população hoje esta próxima dos 100.000 habitantes, sendo que entre os anos de 2004 e 2008 a população dobrou (ver Anexo7.3, Gráfico 1, Pág.94). Com um crescimento populacional de 10% ao ano, de acordo com dados do IBGE de 2007, 97% da população de Rio das Ostras é composta de pessoas que não são nativas do município. Assim, consiste num desafio para agentes, principalmente o poder público, e a população, a adequação de um modelo baseado em projetos que equacionem o desenvolvimento sócio-econômico e a preservação dos recursos naturais. Neste sentido, ao debruçar-se sobre essas questões que permeiam a construção de territorialidades local, esta dissertação busca contribuir para o debate sobre o desenvolvimento sustentável, analisando a experiência local do Município de Rio das Ostras. Objetivamos também por fazer, em nosso estudo, uma verificação dos valores éticos que estão sendo vividos na experiência local: saber cuidar, saber compartilhar, saber se relacionar com a natureza e com outros pares, o senso de pertencimento etc.

Assim, procuramos desenvolver questões que nos orientaram no desenvolvimento desta dissertação. Em primeiro lugar buscamos verificar o papel da prefeitura de Rio das Ostras na gestão pública, através do estudo das propostas inseridas nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, sob administração municipal enfatizando o Parque Municipal Natural dos Pássaros, e a importância do projeto de urbanização de Costa Azul, considerando-os como projetos que expressam valores éticos e novas territorialidades em busca de uma sustentabilidade para o município. Em seguida buscamos verificar como essas propostas de manejo e esse projeto estão sendo vividos e vivenciados pelos atores e agentes locais, com seus possíveis desdobramentos a nível regional, nacional e global. Assim supõem-se duas hipóteses sendo a primeira a de que a prefeitura cumpre de maneira eficiente, ou parcialmente, o seu papel enquanto principal gestora do território local, no que diz respeito a ser a mediadora das condições materiais de reprodução do espaço na dimensão local. Acselrad & Leroy (1999) diriam que desta maneira, a sustentabilidade tende a ser entendida como processo pelas quais as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais. A segunda hipótese é a de que o planos de manejo e o projeto na prática correspondem, ou parcialmente, aquilo a que se propõe o conteúdo de suas planificações, principalmente em relação a gestão das suas Unidades de Conservação<sup>1</sup>. No caso de corresponderem a ambas as hipóteses, o município se tornaria então um ponto de referência positiva, e segundo Siqueira (2007) a sustentabilidade local torna-se assim uma expressão de um localismo que não está fechado em si mesmo, mas aberto ao globalismo, sem, no entanto, perder as riquezas sociais, culturais, e ambientais historicamente formam a identidade singular do território.

Neste presente estudo buscamos expor as propostas e alguns dados contidos no Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Município, e mais detalhadamente na Unidade denominada de Parque Municipal dos Pássaros. De

---

<sup>1</sup>Pelo fato de não constar nos Planos de Manejo das UC's do município, e de nossa opção por focalizar a análise mais detalhada no Parque dos Pássaros, não incluímos em nossa análise o Parque Municipal de Rio das Ostras. Para um estudo mais detalhado sobre a Unidade destacamos: SIQUEIRA, J. C.; RUA, J.; ANDREATA, R.H.P.; OLIVEIRA, R.R.; MATTOS, R.C. *EDUCAÇÃO AMBIENTAL: resgate de valores ético-ambientais do município de Rio das Ostras, RJ*. São Paulo: Petrobrás – PUC-Rio, 2002. 71p.

maneira mais simplificada, fizemos também uma referência a importância do Projeto Paisagístico da Orla de Costa Azul.

Rua (2002) objetiva uma reflexão sobre o município através de um olhar geográfico, contribuindo para uma melhor compreensão do processo de modernização de Rio das Ostras, estando este integrado a lógica geral de modernização de toda baixada litorânea. E sempre integrada à lógica geral do chamado desenvolvimento o processo de construção da identidade local, foi, por ele definido. Mas segundo o autor, esse modelo de desenvolvimento, apesar de seus aspectos altamente positivos encontra-se em crise, e ainda não se vislumbra outro verdadeiramente alternativo, apesar de algumas conquistas, que venha a integrar á busca da sustentabilidade.

Rio das Ostras emancipa-se como município em 1993. Sua identidade e seu imaginário social coletivo, que segundo o autor se constrói junto com sua territorialidade, ainda não se completaram. Assim nosso trabalho visou especificamente à escala de desenvolvimento local de Rio das Ostras, pois acreditamos que é nela que se revelam novos protagonistas e novos modelos de desenvolvimento rumo à sustentabilidade através das questões acima expostas.

Segundo Fonseca (2004) o termo “sustentável”, como segunda parte do conceito desenvolvimento sustentável, ao desviar a centralidade da preocupação com a natureza para questões políticas e econômicas, submete-o a uma nova tensão entre a sociedade e suas novas formas de exercício da política e da economia. Rua (2007) concorda que não se trata de um conceito acabado devendo ser encarado como “algo a ser construído, em movimento”, assim como o desenvolvimento, e seus parâmetros estabelecidos por cada sociedade nas suas inter-relações e com a natureza numa mesma lógica. Assim se configura um termo de natureza abrangente e fruto dessa amplitude, é que se fala em sustentabilidades. Finalmente Siqueira (2003 *apud* FONSECA 2004), nos alerta que a racionalidade norteadora do desenvolvimento sustentável deve ser baseada em valores éticos, culturais, e ambientais. A história cotidiana da sociedade deve ser concretizada através das práticas sociais sustentáveis, tanto por parte das instituições como por parte das pessoas, que rompam a aporia local-global através das experiências vividas no local, mas que possam servir de referenciais para superar esse dualismo.

Assim ao longo da dissertação procuramos estabelecer relações entre os estudos dos projetos locais e a nossa base conceitual.

Essa dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro traçamos uma simplificada evolução histórica do termo desenvolvimento sustentável complementando com outras considerações sobre o assunto. Logo após apresentamos as sete dimensões de sustentabilidades propostas por Guimarães (1997) e os oito critérios propostos por Sachs (2002). Logo a seguir apresentamos a dimensão espiritual da sustentabilidade onde nossa simples base conceitual é dada por Boff (1993), Siqueira (2008) e Unger (1991). Apresentamos também a relação entre sustentabilidade e ética, para ressaltar a importância da mesma para a construção de propostas relativas à sustentabilidade, e complementamos com o conceito de racionalidade ambiental proposto por Leff (2006). Encerrando nossa base conceitual, apresentamos a relação entre sustentabilidade socioambiental local e territorialidades, onde o termo socioambiental é empregado de acordo com Siqueira (2009), e apresentamos o conceito chave da geografia de território, mas desdobrado nas questões de construção de multiterritorialidades segundo Haesbaert (1995).

Na segunda parte apresentamos nosso objeto de estudo, o município de Rio das Ostras, através de um breve histórico da sua criação, sua caracterização regional, seus aspectos demográficos e turísticos. Dentro dos aspectos turísticos fazemos uma referência à importância de se resgatar símbolos da história local, fortalecendo assim o sentido de pertencimento e incorporando valores axiológicos.

Na terceira parte fazemos o estudo dos projetos e ações municipais. De início analisamos o processo de formação das Unidades de Conservação do município, através do seu histórico de criação, fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca (SEMAP) de Rio das Ostras. A seguir estudamos os planos de manejo das Unidades de Conservação do município: A APA de Iriry, A ARIE de Itapebussus, O MN Costões Rochosos, e um estudo mais específico do Parque Municipal dos Pássaros. Esses estudos são feitos a luz de nossa base conceitual e de nossas idas a campo, apresentando as principais propostas contidas no plano de manejo, sua dinâmica de gestão, seus valores e contra-valores. E finalizando uma breve e simplificada abordagem sobre a importância do Projeto

Paisagístico de Costa Azul, baseado nas concepções de Siqueira (2009) e nossas observações de campo.

## 2

### Categorias teóricas

#### 2.1

##### Desenvolvimento Sustentável ou Modelos de Sustentabilidades?

A palavra desenvolvimento é o ato ou efeito de desenvolver-se; desenvolvimento, adiantamento, crescimento, aumento, progresso, estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, dos recursos naturais, o capital e o trabalho. A palavra sustentável é o que se pode sustentar, ou seja, suportar, apoiar, ratificar, conservar, manter, amparar, conservar a mesma posição; sustentar-se, equilibrar-se.

O significado das palavras que compõem o termo Desenvolvimento Sustentável demonstra, por si só, o risco em querer simplificar, sintetizar, ou unificá-lo numa definição. Ao se contrapor palavras e expressões de sentidos opostos como sustentar-se e desenvolver-se, ou mesmo crescimento econômico e conservação ambiental, conseqüentemente gera-se uma polêmica sobre esse tema, constante em todos os debates políticos da atualidade. Essa polêmica por sua vez possibilita uma relação complexa, sendo que ambas não são geradas exclusivamente por essa oposição de significados, mas são em parte expressas por ela. Querer dar uma proposta analítica com uma definição única ao desenvolvimento sustentável é hoje uma tarefa muito desafiadora em vista da polêmica atual da proposta. Por ser uma expressão relativamente nova, possui conotações distintas por muitos e, por outro lado, apresenta também divergências de opiniões.

VIEIRA (2002) nos fornece um histórico da construção recente do termo desenvolvimento sustentável elaborando uma evolução do conceito através de convenções e instituições supranacionais. Resumidamente, a expressão desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez em 1980<sup>1</sup> no documento

---

<sup>1</sup> Apenas como referência recomendamos também artigo de **Bernd Marquardt**, onde o autor ao estudar a história “*medioambiental*” se surpreende com a antiguidade do conceito de sustentabilidade, ao encontrar referência ao mesmo em artigo de 1713 na Alemanha. **IN:**

denominado World Conservation Strategy, produzido pela IUCN e WWF, por solicitação da PNUMA. Para a comissão, conhecida como Brundtland (1982) o conceito de desenvolvimento sustentável seria entendido “como aquele que atende às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”. A referida comissão encerrou seus trabalhos em 1987, produzindo um relatório chamado “Nosso futuro comum”, formulando princípios do desenvolvimento sustentável. Tais princípios foram importantes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como RIO-92. O conceito de desenvolvimento sustentável na RIO 92, “manteve o equilíbrio dos dois conceitos – meio ambiente e desenvolvimento... sob a ótica da multidisciplinaridade que lhe é inerente” Vieira (2002). Observamos que o Desenvolvimento Sustentável implica por fim, a incorporação de critérios e considerações ambientais na definição de políticas e de planejamento de desenvolvimento.

Não podemos esquecer que a RIO-92, por ser uma Conferência mundial de grande repercussão social e política, ajudou na concretização e no amadurecimento de uma preocupação com o futuro do planeta, internacionalizando as preocupações de muitos movimentos sociais ambientalistas, muitos deles originados desde a década de 60. Sem dúvida outras Conferências, como a de Estocolmo (1972), foram também importantes no processo condicionante para o surgimento do termo desenvolvimento sustentável, servindo também de inspiração para a Conferência Rio-92. Após 10 anos da RIO 92 realizou-se a Cúpula de Joanesburgo conhecida como Rio+10 onde houve participação intensa e ativa de ONGs e outros movimentos da sociedade civil, consolidando a questão geopolítica, na escala mundial, sobre a importância de uma proposta desenvolvimento sustentável.

Embora concordemos que haja uma ampliação no uso comum do termo desenvolvimento sustentável, veja-se que o mesmo encontra-se muito empregado nas esferas políticas e empresariais, não podemos negar que academicamente tratá-lo como conceito implica ainda em problemas e contradições. O próprio significado da palavra sustentável carrega uma contradição em relação ao modelo

de desenvolvimento proposto ao longo do século XX, que socialmente e ecologicamente é em si mesmo insustentável. Nesta perspectiva surgem as divergências entre diversos autores no que se refere ao uso da palavra “desenvolvimento sustentável” e sua caracterização como um conceito. Não podemos esquecer que o mundo pós Segunda Guerra e, sobretudo, no final do século XX, muda num ritmo nunca antes visto na história. A modernização da tecnologia e da ciência em conjunto com o modelo de desenvolvimento econômico dominante, criou transformações significativas na vida das pessoas, das sociedades e do planeta. Paradoxalmente essas transformações acabaram também gerando uma crise sem precedentes na história, constituindo um grande desafio para o presente milênio superar essa crise. Esta crise gera impactos no planeta como um todo, conseqüência da opção pelo modelo de desenvolvimento social e ecologicamente insustentável. A pergunta que fazemos é a seguinte: Será que este modelo de desenvolvimento da sociedade atual é compatível com as novas propostas de sustentabilidades?

Destacamos anteriormente em FONSECA (2001), que o uso do termo Desenvolvimento Sustentável vem acompanhado de discursos opostos, relacionados com a crise da modernidade e da própria noção de desenvolvimento, causando na tríplice relação homem/sociedade/natureza conseqüências catastróficas. Dentro do contexto histórico essa crise é inigualável, pois todas as mazelas agiram como um vírus “adoecendo” o planeta. Estas se encontram de maneira tão elevadas que se não houver uma modificação nos hábitos subjetivos e sociais, e na relação desses com a natureza, certamente estaremos caminhando para um desfecho autodestrutivos. Auxiliando nossa linha de raciocínio temos:

“A problemática ambiental emerge como uma *crise de civilização*: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia mundo globalizado. Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. È a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza” (LEFF 2006)

Neste contexto o termo Desenvolvimento Sustentável aparece, para alguns, como o redentor da situação, criando a perspectiva de que a sua aceitação por parte dos povos asseguraria um mundo salutar alicerçado, na sustentabilidade ecológica e, levando-se em conta os aspectos sociais e ambientais das gerações atuais e futuras.

Para nosso trabalho a proposta de desenvolvimento sustentável encontrar-se-á desdobrada em propostas de dimensões e critérios de sustentabilidades<sup>2</sup>, o que ainda é considerado um conceito em construção. Isso nos submete novamente ao perigo de cair no erro simplista de querer lhe impor um caráter global, uma vez que os conceitos atuais de sustentabilidades são aplicados principalmente em escalas locais e regionais. No entanto há de se reconhecer que há uma dimensão, propiciada principalmente pela tecnologia da informação, que se configura através de princípios básicos compartilhados globalmente. A própria natureza complexa da questão ecológica, imprime ao desenvolvimento sustentável uma revisão periódica dentro de um processo construtivo. Nesse aspecto é importante lembrar a afirmação de Capra:

“Baseando-nos no entendimento dos ecossistemas como redes autopoieticas e como estruturas dissipativas, podemos formular um conjunto de princípios básicos da ecologia e utiliza-los como diretrizes para construir comunidades humanas sustentáveis”(CAPRA 2001, pag.25).

### 2.1.1

#### **Outras Considerações Sobre o Desenvolvimento Sustentável**

As crises socioambiental e ética do momento histórico presente desenvolveram-se num mundo de economia internacional globalizada, constituindo assim, entre outros fatores, um dos obstáculos na implementação dos modelos de sustentabilidades socioambientais. Por outro lado surgem inúmeras possibilidades de se construírem novas racionalidades que possam servir de referência para contornar a mesma crise. Nosso trabalho será basicamente encontrar essas referencias em projetos de desenvolvimento local relacionados ao Município de Rio das Ostras. Nos apoiando nesse sentido recordamos a seguinte reflexão:

“Parece, ainda, necessário refutar o desenvolvimento na maneira como tem se apresentado: uma manifestação de desigualdades sociais e espaciais, fruto de modelos de dominação impetados no pós-Segunda Guerra, inseridos, entretanto, em um movimento de imperialismo/colonialidade que data de mais de 500 anos. Mas o que colocar no lugar, um pós-desenvolvimento? Será que um outro desenvolvimento é possível?” (RUA 2007, pag.5).

---

<sup>2</sup> Mais adiante apresentaremos as dimensões e critérios de sustentabilidades que nos darão base conceitual. Dentro de um vasto estudo acerca da sustentabilidade, resolvemos trabalhar com dois autores em nossa base conceitual: Guimarães (1997) para dimensões, e Sachs (2002) para critérios.

Se de um lado existe a necessidade ética de mudanças, por outro, as experiências locais de sustentabilidades insinuam um novo paradigma que tenta emergir das cinzas, mesmo diante da realidade dominante. Estas contradições de tendências expressam perguntas: será o desenvolvimento sustentável compatível ou não com o modelo de modernização em curso? Serão as propostas de desenvolvimento sustentável realmente tentativas de acabar com os impactos negativos dos processos globais de degradação do meio ambiente? Ou serão apenas disfarces para a manutenção do modelo atual?

Sobre as possíveis insuficiências no discurso e propostas sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de uma análise crítica Guimarães afirma:

“...em síntese, se a proposta de desenvolvimento sustentável parece plenamente justificável e legítima, a sua aceitação generalizada tem se caracterizado por uma postura acrítica e alienada em relação a dinâmicas sócio-políticas concretas. Para que tal proposta não represente apenas um enverdecimento do estilo atual, cujo conteúdo se esgotaria no nível da retórica, impõe-se examinar as contradições ideológicas, sociais, e institucionais do próprio discurso da sustentabilidade, bem como analisar distintas dimensões de sustentabilidade – ecológica, ambiental, social, cultural e outras” (GUIMARÃES 1997, pag.17).

Trataremos a seguir das dimensões de sustentabilidade que nos servirão de apoio para uma análise de propostas de desenvolvimento local no Município de Rio das Ostras no presente trabalho.

### **2.1.2**

#### **As Diferentes Dimensões de Sustentabilidades**

Na realidade, o sistema político atual apresenta uma contraposição: por um lado, todos concordam que o estilo atual está se esgotando mostrando-se claramente insustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social. Por outro lado, propõem-se medidas para concretizar algumas mudanças nas instituições econômicas, sociais, e políticas que dão sustento ao estilo vigente. Muitos discursos começam na catástrofe e terminam na esperança da sustentabilidade, ocultando muitas vezes suas contradições profundas. O modelo de internacionalização da economia não contribui muito para a possibilidade de novas sustentabilidades, já que a mesma requer um equilíbrio maior na divisão da riqueza entre os países, principalmente para os chamados periféricos onde a

degradação ambiental está intrinsecamente ligada a sua condição de pobreza. “Coincidentemente, nos países socialmente mais pobres é que estão localizadas as principais reservas da biodiversidade do planeta e a maior parte dos recursos naturais” Guimarães (1997). Ligada a essa temática aparece o dilema da privatização da natureza que, em suas bases intencionais firmadas justamente na manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais desses países, age dentro de um modelo de política neoliberal. Sobre este assunto Guimarães afirma :

“Antes de identificar possíveis caminhos para transformar tais condições em desafios, o que pretendo realizar descompondo o conceito de desenvolvimento sustentável em dimensões que lhe conferiram sentido real, convém sublinhar as insuficiências da proposta neoliberal para resolver tais situações” (GUIMARÃES 1997, p.34).

Acreditamos que deveria haver uma coerência tanto do setor financeiro como do Estado, e ambos subordinados aos interesses da sociedade civil, integrando os valores éticos culturais e ambientais às dimensões das sustentabilidades. Vamos tentar identificar essa coerência em projetos de desenvolvimento de cunho socioambiental no Município de Rio das Ostras. Voltamos então à pergunta formulada anteriormente: Quais são estas múltiplas expressões das chamadas sustentabilidades? Cabe aqui destacarmos os diferentes conceitos de sustentabilidades Guimarães (1997), aborda sete dimensões, a saber:

**1) sustentabilidade ecológica** do desenvolvimento, segundo o autor, refere-se a uma base física do processo de crescimento conservando e racionalizando o uso do estoque de recursos naturais utilizados nas atividades de natureza produtiva, de maneira que a taxa de utilização dos recursos renováveis deve ser equivalente a taxa de recomposição. Para os recursos não-renováveis a taxa de utilização deve equivaler à taxa de substituição desses mesmos recursos no processo produtivo, levando em conta o tempo previsto para seu esgotamento limitando o ritmo de sua utilização ao ritmo de desenvolvimento ou descobrimento de novos substitutos.

**2) sustentabilidade ambiental** refere-se à manutenção da capacidade de carga dos ecossistemas para absorver e recuperar as ações antrópicas, como no caso da emissão de efluentes, despejos químicos industriais e esgoto doméstico, onde a taxa de emissão deve equivaler à taxa de regeneração. O autor ainda revela

que tanto as taxas de recomposição para recursos naturais, como as de regeneração para os ecossistemas podem ser inseridas num esquema de mecanismo de mercado e tratadas como “capital natural” onde o princípio de se reduzir taxas e tarifas fossem dados como subsídios e negociados em mercados.

**3) sustentabilidade demográfica** é aquela que resulta da interação da problematização das duas anteriores, juntamente com a inclusão por critério de política pública e dos impactos da dinâmica demográfica, através da incorporação das taxas esperadas de crescimento da população, sua composição etária e outras variáveis, para uma gestão de base de recursos naturais e de capacidade de carga ou recuperação dos ecossistemas.

**4) sustentabilidade cultural** refere-se e dirige-se a uma integração nacional ao longo do tempo onde às minorias tenham seus direitos constitucionais requeridos através de sua incorporação e participação direta na formulação de políticas concretas que visem à proteção de seus costumes, a educação bilíngüe, preservando sua língua nativa, a demarcação de seus territórios devidamente legalizados e fiscalizados, o respeito a sua religiosidade, saúde comunitária, introdução de incentivos e direitos agrícolas que garantam a conservação da biodiversidade e de variedades agrícolas.

**5) sustentabilidade social** que é basicamente um caminho para a melhoria da qualidade de vida especialmente nos países periféricos onde a desigualdade e a exclusão social, a distribuição injusta de bens, serviços e de renda, políticas ineficientes de educação, saúde, habitação e seguridade social, ainda são manchas escuras muito visíveis na realidade do quadro social. Complementando esse assunto com o mesmo autor temos:

“A execução de uma estratégia de desenvolvimento socialmente sustentável requer ainda um critério macro-operacional que permita a análise das vinculações entre diferentes opções econômicas globais e suas implicações para a consecução dos objetivos de equidade e de superação da pobreza” (GUIMARÃES 1997, pag.41).

Na sustentabilidade social o crescimento do setor produtivo deve estar associado a uma equidade de crescimento das prioridades das classes sociais, associados ao crescimento do setor agropecuário visando à diminuição do êxodo. Há também o favorecimento da pequena e média empresa apoiado pela

formalização do setor para dar tributos ao trabalhador juntamente com uma reforma agrária que reverta a atual capitalização nociva da agricultura que causa degradação ambiental. O fortalecimento de políticas públicas e tributárias que promovam uma redistribuição dos recursos naturais do centro para periferia, além da revitalização do poder local juntamente com o resgate e a preservação de valores éticos ambientais que é uma condição efetiva para toda a realidade social latino-americana. Nossa dimensão de análise não poderá abarcar a totalidade de ação do poder público e, ou privado, ou de natureza civil, no Município de Rio das Ostras, pois seria demasiadamente complexa para nossa proposta. Faremos uma análise pontual do Plano de Manejo das Unidades de Conservação e especificamente do Parque Municipal dos Pássaros. Mas isso não impede de discutirmos um pouco mais a fundo as nossas bases conceituais.

**6) sustentabilidade política** do desenvolvimento está estreitamente vinculada ao processo de formação e construção da cidadania com a plena inclusão dos indivíduos ao processo de desenvolvimento através da democratização da sociedade e respectivamente do Estado. A sociedade civil e as organizações comunitárias e sociais são importantes, requerendo uma redistribuição de recursos e informações, além de uma abertura maior para sua capacitação e participação nas tomadas de decisões. Para a relação entre as diferentes alianças de diferentes grupos sociais com um Estado consciente de sua responsabilidade política na atividade pública, na execução de uma verdadeira mudança de estilo, um consenso baseado no respeito a essas diferenças é um dos fatores fundamentais. O Estado mesmo ainda cheio de seqüelas e polarizações indevidas, ainda se configura como ator fundamental para superar a crise política que está muito longe de se abrir a uma proposta de sustentabilidade, requerendo uma mudança em sua estrutura interna e nas suas bases. O Estado latino-americano de uma maneira geral tem de se abrir para essa mudança, para ordenar a luta de interesses, orientando o processo de desenvolvimento forjando um pacto social com alternativas de solução à crise de sustentabilidade.

**7) sustentabilidade institucional** projeta no próprio desenho das instituições que regulam a sociedade e a economia as dimensões sociais e políticas da sustentabilidade em seus conteúdos macros. A sustentabilidade institucional

requer em sua forma mais ampla uma mudança por parte do sistema impositivo em sua base sobre o capital e o trabalho através de um norteamento pela “carga ambiental”, que seria uma redefinição da contabilidade nacional, patrimonial e empresarial em detrimento da lógica da sustentabilidade. Um determinado estilo de desenvolvimento só assumira um signo sustentável nas diversas dimensões apontadas à medida que alguns critérios mínimos de política ambiental e social assumam o caráter de política de estado, em vez de política de governo.

Além das dimensões propostas acima por GUIMARÃES (1997), também nos basearemos na proposta de SACHS (2002), que estabelece os “Critérios de Sustentabilidade”. O autor nos alerta que é necessário traçar um caminho para além do crescimento econômico numa visão integradora, principalmente dos setores da ciência econômica que na Conferência de Estocolmo previam a *abundância* em oposição àqueles que eram *catastrofistas*. O crescimento demográfico e econômico associado ao crescimento e imposição social do consumo, seriam para estes, o anúncio de um apocalipse imediato. Já aqueles, achavam que as preocupações ambientais iriam atrasar e inibir os esforços dos países em desenvolvimento, rumo a uma equivalência com os países desenvolvidos, via industrialização. É necessário segundo o autor, que mesmo que se considere positiva uma reformulação do crescimento em suas modalidades e usos, distinguir padrões que levam a um verdadeiro desenvolvimento ao contrário daqueles que levariam a um retrocesso ou a uma involução. O autor nos acrescenta com a seguinte afirmação:

“Quer seja denominado de eco-desenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro, e acredito que ainda é válida, na recomendação da utilização dos oito critérios distintos de sustentabilidade parcial” (SACHS 2002).

Os oito critérios estabelecidos por SACHS (2002), apresentados a seguir, são:

#### **1. Critério social:**

Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

**2. Critério cultural:**

Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia pela elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

**3. Critério ecológico:**

Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.

**4. Critério ambiental:**

Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

**5. Critério territorial:**

Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguros para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo eco-desenvolvimento).

**6. Critério econômico:**

Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

**7. Critério de política nacional:**

Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.

## 8. Critério de política internacional:

Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como prioridade da herança comum da humanidade.

### 2.1.3

#### Sustentabilidades e Espiritualidade

Além dessas dimensões tratadas pelos autores anteriormente referidos, existem outras que merecem ser destacada, a saber: a sustentabilidade ética e a sustentabilidade espiritual. Ambas estão intrinsecamente relacionadas, e dizem respeito aos valores pessoais e sociais a serem seguidos por aqueles que se comprometem com as propostas de sustentabilidades.

No que diz respeito à sustentabilidade espiritual, sabemos que a temática é bastante complexa, envolvendo muitas abordagens teológicas e diferentes olhares de espiritualidades orientais e ocidentais. Consciente dessa complexidade, optamos pela escolha de um teólogo brasileiro, Leonardo Boff, que nos últimos anos vem se dedicando em escrever sobre esta temática. Assim, usaremos aqui as concepções de espiritualidade trabalhadas por BOFF (1993), para ressaltarmos a importância da dimensão espiritual em propostas conceituais, teóricas ou práticas onde se pretenda alcançar metas para sustentabilidade, inclusive para a análise proposta em nosso trabalho. Essa perspectiva da espiritualidade é concebida como radical para o autor que delimita o conceito como:

“É toda a atividade ligada ao espírito, entendido como distinto e até contraposto ao corpo. O ser humano é representado como um composto unitário de corpo-espírito. A

espiritualidade trabalha uma das dimensões do humano aquela relacionada com o espírito. Pertencem ao espírito a reflexão, a interiorização e a contemplação”. (BOFF 1993, pág.164).

Dentro dessa perspectiva<sup>3</sup>, acreditamos que a dimensão espiritual da sustentabilidade é uma realidade a ser somada a outras dimensões, pois a partir desse olhar reflexivo e contemplativo, onde os valores do espírito estão unidos com os valores antropológicos e cosmológicos, é que encontraremos alternativas sustentáveis para reverter a crise causada por modelos insustentáveis apoiados na visão utilitarista da natureza, na racionalidade quantitativa que acompanha essa visão, na fragmentação da ciência, na sociedade do consumo e do desperdício, na perda da visão cosmocêntrica, entre outras mazelas que caracterizam a insustentabilidade da sociedade moderna atual.

No presente estudo, tentaremos identificar na análise do Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Rio das Ostras, propostas que tragam relações com a espiritualidade, expostas pelo autor, mesmo que indiretamente. Faremos sempre que possível, referência a esta concepção nos Planos de Manejo, que promovam para estes espaços a reflexão, a interiorização e a contemplação sobre a natureza por parte da população local e dos turistas.

Inspirados pelas reflexões de Leonardo Boff, para nós, espiritualidade é uma mediação que atua no processo de transformação da sociedade, permitindo a conexão da dimensão subjetiva e interior da pessoa com as suas diferentes práxis na vida em sociedade. Uma espiritualidade encarnada na vida pessoal e social é uma fonte que orienta a existência humana para a afirmação da mesma, de sua promoção, de sua defesa e de sua integralidade. Por outro lado, potencializa o sujeito para a sua relação com os outros, com a sociedade, com o transcendente e com a natureza. Nesse sentido, recordamos a afirmação de Boff:

“A espiritualidade representa um verdadeiro projeto de vida: viver a vida como ternura para com a sua própria vida, afirmar a vida dos outros humanos, especialmente daquelas cuja vida é encurtada iniquamente, e apreciar a vida em todas as suas manifestações cósmicas, desde o primeiro movimento da matéria subatômica que está cheia de energia e de intencionalidade até as formas mais manifestas de vida vegetal e animal”. (BOFF 1993, Pág.165).

---

<sup>3</sup> Através desta concepção o autor acaba destacando a necessidade do ser humano recorrer ao “espaço físico do recolhimento” para apaziguar as pulsões corporais, tranquilizar os sentidos, e assim, procurar manter o equilíbrio em face da exacerbação dos apelos que a vida cotidiana e a cultura da sociedade moderna provocam nos sentidos corporais (BOFF 1993, p.166).

Acreditamos assim que a dimensão espiritual da sustentabilidade deve ser a diretriz para estabelecer o resgate ético, através da mudança de postura de pessoas, grupos humanos, governos e instituições. Segundo reflexões do autor, essa perspectiva espiritual cria um modo de agir, uma vontade de mudança e um desejo profundo de construção da justiça, voltado para a libertação do ser humano. Tudo isso é fruto de uma caminhada na qual se une exterioridade e interioridade, denominada pelo autor como mística.

O referido autor reconhece que é necessário encarar a realidade de que o processo histórico-social é de caráter estrutural, e as alienações desse processo são de longa duração, assim como deve ser o processo de libertação. Considerando que toda prática social possui uma dimensão simbólica, é nessa vastidão de simbolismos em que a espiritualidade vai se alimentar e se expressar.<sup>4</sup>

Somos solidários com o autor quando afirma que a crise atual, nada mais é do que o reflexo de uma crise interior do próprio ser humano, que apesar de toda tecnologia que dispõe no mundo, não consegue superar as contradições éticas dos hábitos e costumes insustentáveis.

Para finalizar esta brevíssima abordagem sobre a sustentabilidade espiritual, não podemos esquecer outros autores<sup>5</sup> modernos que, embora não sendo teólogos, procuram afirmar a importância da dimensão espiritual na abordagem da sustentabilidade. Entre muitos, destacamos a socióloga e escritora Nancy Manguabeira Unger. Citaremos apenas uma frase da autora que está relacionada com a referida abordagem:

“Um dos traços marcantes da reflexão que hoje repensa o político é a consciência de que é preciso ir aos fundamentos civilizacionais e espirituais da crise em que vivemos. Esta crise é a expressão de uma sociedade fragmentada, de uma civilização que dissociou corpo e espírito, luz e mistério, ser humano e cosmo... Para isso somos chamados a uma mudança de consciência, um repensar de quem somos e de qual o nosso lugar no Todo” (UNGER 1991 pag. 15).

Mesmo que sejam abordagens com enfoques distintos, não podemos negar que, dentro de uma visão mais holística da realidade, a espiritualidade está

---

<sup>4</sup> É fundamental que se dissemine a noção e a importância da espiritualidade, do equilíbrio entre os elementos da natureza e o próprio equilíbrio do corpo humano para estabelecer a base e figurar no imaginário da sociedade, a esperança, o desejo e a prática de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

<sup>5</sup> Também nos servirá de base com seu excelente trabalho sobre Espiritualidade e Meio Ambiente, onde o autor revela Os sete grandes pecados contra a natureza. (SIQUEIRA 2008)

relacionada com a ética da sustentabilidade. Sobre isso Ribeiro faz a seguinte reflexão:

“A consciência cósmica das tradições espirituais é elemento central que expande a abrangência da ética ecológica. Essa consciência cósmica, presente em várias tradições espirituais e também na astrofísica mais avançada, focaliza o universo, extrapola a visão geocêntrica da ecologia superficial e fortalece a percepção cosmocêntrica que se aproxima da visão das antigas tradições espirituais. Nessa escala, o local é o global do planeta, e agir localmente significa atuar para as mudanças evolutivas, socioculturais, econômicas, e políticas necessárias à civilização sustentável (...) A transmissão de valores ecológicos por meio das tradições espirituais pode facilitar mudanças de comportamento em direção a padrões sustentáveis de consumo cujas pressões sobre a natureza sejam suportáveis. Valores pós-materialistas ou neo-espiritualistas são necessários à civilização, que exige práticas de consumo material sustentável para que a espécie humana possa sobreviver. Nesse contexto, as religiões atuam como bancos de valores éticos que incluem a solidariedade, bem como a ênfase no aprimoramento individual e na purificação pessoal” (RIBEIRO 1998).

Vê-se que a partir da opinião do autor, o aprimoramento do ser humano em relação ao seu mundo é um fator fundamental para a evolução de uma sustentabilidade socioambiental. Nesta mesma linha Boff recorda que:

“A nova ordem ética deve encontrar outra centralidade. Deve ser ecocêntrica, deve visar o equilíbrio da comunidade terrestre... Não estamos apenas diante de uma só terra. Mas de um só cosmos, com todos os seus corpos, partículas e energias, constituindo uma única comunidade interdependente... O ser humano não é apenas um ser de desejos. Somente o desejo torna-o egoísta ou mimético. Ele é muito mais, pois é também um ser de solidariedade e de comunhão. Quando assume a função/vocação de administrador responsável, de anjo da guarda e de zelador da criação, então ele vive a dimensão ética inscrita em seu ser”(BOFF, 1993 pag.35).

Outros autores como SIQUEIRA (2008), destaca a importância da relação entre ética e espiritualidade no processo da sustentabilidade socioambiental.

O autor procura fazer uma reflexão norteadada pela idéia de que, os princípios e fundamentos de uma espiritualidade, relacionada à natureza, estão profundamente articulados com a própria vida humana. A perda da visão de totalidade do ser humano tem contribuído para acelerar a desintegração entre pessoa humana e o mundo circundante, tanto na escala local como planetária. Segundo o autor:

“Na esperança de salvar este meio que ainda nos resta, muitas mediações científicas, tecnológicas, humanísticas, entre outras, vêm buscando soluções para equacionar a problemática ambiental. Dentre elas, destacamos a ética e a espiritualidade, pois essas são imprescindíveis nas mudanças de paradigmas que visam uma sociedade mais sustentável, onde as relações sociais e ambientais estão profundamente imbricadas. A ética por se tratar da mudança fundamental e necessária dos hábitos e costumes, e a espiritualidade, pela mística inspiradora que proporciona o resgate das relações do ser humano com Deus e com a Natureza”. (SIQUEIRA 2008, pág.7).

A primazia de uma ótica com uma visão utilitarista, segundo o mesmo autor, é consequência da perda da visão teológica da criação, da relação da sociedade com a natureza e da concepção fragmentária do mundo que perde a cosmovisão integradora. Infelizmente são esses os princípios que predominam na cultura moderna do consumismo globalizado, e se configuram como posturas contrárias aos princípios e fundamentos da vida humana.

#### 2.1.4

#### Sustentabilidades e Ética

Como vimos anteriormente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, apesar de sua evolução nas esferas políticas e empresariais, ainda carrega contradições na esfera acadêmica, principalmente porque a palavra sustentável é muitas vezes utilizada para expressar valores que eticamente são contraditórios com o modelo de desenvolvimento vigente, valores estes que, por natureza, são insustentáveis. O cuidado com o uso do termo se faz presente neste trabalho, pois a análise que faremos do Plano de Manejo das UC's do Município de Rio das Ostras está baseada em escalas de valores da sustentabilidade local, mesmo que por atores e agentes envolvidos no processo, seja tratado pelos gestores e administradores municipais com o binômio “desenvolvimento sustentável”.

No presente sub-capítulo, em nossa reflexão tentaremos mostrar a importância da ética nos valores que permeiam as diferentes sustentabilidades.

Dentro de uma perspectiva socioambiental, Siqueira afirma:

“No entanto existe uma questão mais profunda que não pode ser deixada de lado, a saber, a dimensão ética do meio ambiente. Somente ela pode oferecer às pessoas um conjunto de princípios e condutas normativas, melhorando as relações entre o cidadão, a sociedade e o espaço ambiental... Daí a importância de uma reflexão ética sobre a problemática, contribuindo na mudança da mentalidade e do comportamento concreto das pessoas dentro dos diferentes espaços socioambientais” (SIQUEIRA 2002, pág.9).

O mesmo autor, ao tratar da questão semântica da ética e a sua importância na construção de valores na sociedade moderna, nos mostra que:

“A ética é a ciência da práxis, palavra esta entendida aqui como conjunto de atividades humanas voltadas para a criação de condições imprescindíveis à existência do homem na sociedade e tem como objeto a normatividade social... O estudo filosófico da ética nos

ensina que esta possui uma estrutura formada pelo *ethos e o hexis*. O *ethos* é o costume, procedente da natureza do homem. O *hexis* é hábito ou o comportamento adquirido, procedente do agir do homem” (SIQUEIRA 2002, pág. 19).

A partir dessas duas afirmações, acreditamos nas propostas de sustentabilidades, devem estar explícito a dimensão do *ethos* e do *hexis*, pois somente mudando hábitos (*hexis*) insustentáveis para hábitos ambientalmente corretos e socialmente justos é que conseguiremos formar costumes (*ethos*) verdadeiramente sustentáveis. Essa relação ética de novos valores deve ultrapassar as fronteiras de classe, sexo, raça e nação.

No entanto, para se chegar a esse ideal ético, é preciso superar algumas barreiras existentes. Dentre estas, temos a barreira da relação harmoniosa e conflitiva entre homem e natureza.

Segundo GÓMEZ-HERAS (1997) “foi a partir do Renascimento que dois tipos distintos de interpretação da natureza surgiram”: um ligado ao ideal galileano-cartesiano de ciência, com forte acento na quantificação e formalização matemática da natureza, e outro relacionado com a dimensão qualitativa e valorativa da natureza. A primeira acabou por se expandir ao longo da história, impondo suas regras nas ciências modernas. Segundo o mesmo autor (tradução nossa):

"A crise ecológica lança nova luz sobre o legado da modernidade e suas patologias. O sistema econômico, industrial e a exploração implacável da natureza, que praticam correspondem à lógica da racionalidade com resultados tecnológicos. Nela a ação humana parece alheia a qualquer questão relativa à validade e justificação ética. As justificativas morais tradicionais, inclusive de cosmo visões religiosas e metafísicas, perdem força à medida que são evacuadas pela ciência." (GOMEZ-HERAZ 1997,P.23)

Outro autor que ultimamente vem contribuindo para a relação entre ética e sustentabilidades é Enrique Leff. Para ele, é preciso entender os processos de construção da chamada racionalidade ambiental. Dentre as diversas racionalidades existentes, é preciso construir uma nova racionalidade, denominada por ele de racionalidade ambiental. Para tanto é preciso fundamentá-la recuperando o conceito de racionalidade em Max Weber<sup>6</sup> (que é fundamental para sua análise da constituição da sociedade moderna) e incorporando-a na problemática atual da sustentabilidade. Para Weber, os pensamentos e ações que se realizam nas esferas econômicas, políticas e ideológicas, que legitimam determinadas ações e lhes

---

<sup>6</sup> Weber, M.(1930), A Ética protestante e o espírito do capitalismo, Londres, Unwin.

confere sentido de organização da sociedade em seu conjunto, surgem da “racionalidade social”. Essa racionalidade leva conseqüentemente a uma ação social que segundo Weber pode ser dividida em: Racional segundo fins, valores; afetiva e tradicional. Ainda em relação aos tipos distintos de racionalidade, Weber distingue quatro: a Teórica, a Formal, a Instrumental e a Material ou Substantiva. Leff propõe a construção de uma racionalidade ambiental dentro dessas quatro dimensões e assinala que não seria uma simples ecologização dos modelos da sociedade moderna revelados por Weber:

“A racionalidade ambiental que orienta a construção da sustentabilidade implica um encontro de racionalidades. Nesse contexto, as contradições entre ecologia e capital vão além de uma simples oposição de duas lógicas abstratas contrapostas; sua solução não consiste em submeter à racionalidade econômica à lógica dos sistemas vivos ou em internalizar um sistema de normas e condições ecológicas na dinâmica do capital”. (LEFF 2006 pag. 249)

Continuando o raciocínio, o referido autor elabora quatro dimensões da racionalidade ambiental<sup>7</sup>, a saber: Racionalidade Ambiental Substantiva, Racionalidade Ambiental Teórica, Racionalidade Ambiental Técnica ou Instrumental e Racionalidade Ambiental Cultural.

Nesta perspectiva, na nossa análise de projetos de desenvolvimento local no Município de Rio das Ostras e especificamente os Planos de Manejo das UC's, as racionalidades propostas pelo autor estarão em relação indireta com às dimensões e critérios de sustentabilidades, e na identificação dos valores éticos incorporados. Somos conscientes do risco em cair numa pura simplificação e a necessidade de se expandir teórica e epistemologicamente em cima de tais conceitos. Para tanto, toda cautela é necessária diante dessa pretensão. Por isso escolhemos uma análise mais pontual em relação ao Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Rio das Ostras e do projeto de urbanização e paisagismo da praia de Costa Azul.

Talvez a definição que mais corresponde a nossa perspectiva de racionalidade ambiental dentro da análise das sustentabilidades e valores na esfera local, seria aquilo que Leff afirma:

“A racionalidade ambiental, construída pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais – com sua expressão em diferentes espacialidades e

---

<sup>7</sup>Para maiores detalhes consultar a obra do autor, onde ele detalhadamente expõe cada racionalidade. Nossa intenção seria trabalhar essas racionalidades, junto com dimensões e critérios apresentados, mas isso traria uma complexidade ao nosso trabalho que está além da sua proposta.

temporalidades - , assim como os princípios de diversidade cultural e equidade social em torno de objetivos de caráter mais qualitativo, impedem que se avalie a gestão ambiental do desenvolvimento como uma função objetiva generalizável e quantificável em uma unidade de medida.” (LEFF 2006, pág.263)

Inspirados na reflexão do autor, somos levados a acreditar que é na escala local, onde melhor se definem as racionalidades ambientais, que revelam estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais e de outros aspectos relacionados com a sustentabilidade socioambiental. Na articulação entre diferentes economias regionais e locais com a ordem global é que se constrói a racionalidade ambiental.

Inserida numa crise de caráter cultural e civilizatória, sabemos que a mudança na construção de novos valores, baseados na sustentabilidade local, é um desafio a ser enfrentado pela ética socioambiental.

### 2.1.5

#### **Sustentabilidade socioambiental local e territorialidades**

O objetivo dessa reflexão será mostrar a importância da dimensão local e a formação de territorialidades voltadas para a sustentabilidade socioambiental no Município de Rio das Ostras. Buscaremos apenas abordar alguns pontos de nossa análise, trabalhando em cima daquilo que é denominado como territorialidades, construída através da perspectiva cultural dos atores e agentes municipais. Não é nossa intenção aprofundarmos na discussão do conceito de território<sup>8</sup> e nem tão pouco das multiterritorialidades (RUA 2002).

Para reforçar a questão do território como fundamental para nosso trabalho, pois também se apresenta como fundamento para a questão ambiental, citaremos o Geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, onde:

“Enfim o que está em jogo no desafio ambiental contemporâneo é a configuração territorial que haveremos de estabelecer e, assim, é toda a geopolítica que está implicada. Ou, dito de outra maneira, o desafio ambiental se coloca no centro do debate geopolítico contemporâneo enquanto questão territorial, na medida em que põe em questão a própria

---

<sup>8</sup>Em nosso trabalho anterior FONSECA(2001), trabalhamos a concepção de território segundo Claude RAFFESTIN(1993), onde *o território se forma a partir do espaço e é o resultado uma ação conduzida por um ator(...) em qualquer nível*(p.143). Aqui também usaremos essa concepção. Quanto a territorialidades trabalharemos segundo João RUA(2002, p.24) baseado em Rogério HAESBAERT(1995, p.177) como veremos adiante.

relação da sociedade com a natureza, ou melhor, a relação da humanidade, na sua diversidade, com o planeta, nas suas diferentes qualidades” (GONÇALVES 2006, pág.298).

Estamos usando o termo socioambiental, pois buscaremos sempre tratar da realidade do município como um todo, inter-relacionando as duas questões, pois acreditamos que separá-las seria cair no erro de uma visão fragmentada. A exemplo do uso da terminologia citamos:

“Um dos desafios que temos nos dias atuais é a superação da visão fragmentada da realidade, onde as questões sociais são tratadas separadamente da problemática ambiental. Essa esquizofrenia tem gerado inúmeros problemas, sobretudo quando a relação da pessoa humana com a natureza vem se distanciando pelo crescimento progressivo da cultura urbana e individualista. A ética ambiental vem procurando resgatar essa visão integradora da realidade socioambiental, pois ela é fundamental na compreensão global e local dos diversos fatores que fazem parte da relação humana com Deus, com a natureza e com a sociedade” (SIQUEIRA 2009, pag. 67).

Trataremos da questão do uso do espaço, na dimensão local<sup>9</sup> e suas particularidades, relacionando-a com outras escalas importantes na formação das territorialidades. Acreditamos que os lugares “são a manifestação de suas identidades que, sobretudo, lhes concedem a existência” HISSA & CORGOSINHO (2006). A sustentabilidade e o desenvolvimento local aparecem como evidências de uma ação possível, mesmo sendo considerados conceitos merecedores de restrições quanto ao seu alcance explicativo para os problemas que a realidade nos apresenta. Tais restrições se explicitam em múltiplas abordagens analíticas, segundo RUA temos:

“Não podemos desvincular os projetos de desenvolvimento local, e também a formação de territorialidades, do processo de consolidação econômica e cultural da sociedade globalizada que se dá a todo o momento no tempo e no espaço. Tão pouco não podemos perder o senso crítico de que estamos ainda distantes de uma condição de equidade entre desenvolvimento e sustentabilidade, e que alguns modelos levam um discurso de equidade entre ambos, mas, na verdade, ocultam uma insustentabilidade socioambiental” (RUA 2007, pág.169).

Segundo SIQUEIRA, é na escala local e regional que podemos destacar a vivência prática de paradigmas inspiradores para a sustentabilidade:

“Sentimos uma necessidade urgente de pensar e agir, independentemente da extensão territorial da ação. Esta dicotomia entre global e local, pensar e agir vai aos poucos desaparecendo na medida em que as conseqüências são sentidas em todas as escalas, não sendo mais possível, em qualquer ação concreta, construir um processo sustentável, onde

<sup>9</sup> Para SANTOS (2008), O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo (...) mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (p.322).

o agir “eticamente correto” não seja precedido de um pensar articulado e reflexivo, que seja capaz de levar em consideração inúmeros fatores que integram a realidade socioambiental.” (SIQUEIRA 2007, pág.162).

Assim nos lembra RUA quando aborda o município de Rio das Ostras afirmando que:

“As particularidades e singularidades do Município de Rio das Ostras se evidenciaram muito recentemente, principalmente com o processo de emancipação e com o acesso aos *royalties* pagos pela Petrobrás. O dinamismo da integração aos eixos de expansão da urbanização, ao turismo e veraneio, à especulação imobiliária, à estruturação do mercado de trabalho e à vinda de pessoas de fora do município para nele trabalhar apresentam desafios crescentes, que afetam a identidade territorial de seus habitantes” (RUA 2002, pág. 18).

Nesta perspectiva, o nosso desafio consiste em identificarmos os valores que estão presentes nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação e marcam a identidade territorial do município de Rio das Ostras, sem perder o senso crítico de analisar a maneira como eles vêm sendo verdadeiramente materializados no espaço geográfico do município, tanto através da sua promoção pelo poder público, como da sua absorção pela população local. E neste último caso, não podemos desconsiderar o fato de que há uma parcela considerável de habitantes que são oriundos de outros municípios, como demonstraremos mais adiante. Assim consideramos que os sentidos de pertencimento, de valorização da ética e de outras dimensões da sustentabilidade, podem nos dar uma referência sobre as transformações que o município vêm passando em sua realidade territorial. De maneira paradoxal, as próprias relações socioeconômicas repletas de fluxos de pessoas, capitais e mercadorias e relações às vezes externas ao território local, em suas diversas escalas desde a intra-regional até a global, podem contribuir para um processo de incorporação de valores contrários a uma identidade territorial que não esteja baseada em valores de uma ética socioambiental.

Em sua análise sobre o Município de Rio das Ostras RUA (2002, p. 24) se apóia no conceito de territorialização proposto por HAESBAERT (1995, p. 177), sendo este o “processo que inclui as dimensões política e cultural, em que a paisagem (entendida como constructo social) tem lugar de destaque; Para o autor, o território qualifica, distingue e identifica”. A desterritorialização seria fruto de um processo relacionado mais diretamente com a dimensão econômica, através da abertura para a integração dos circuitos comerciais, turísticos e da perda dos

valores históricos, culturais e ambientais que caracterizam a identidade territorial do município. Já sobre conceito de reterritorialização, RUA nos recorda:

“Quando se percebem os” riscos “da desterritorialização (e a escola tem um papel fundamental nessa conscientização), amplia-se um movimento de resistência às perdas inerentes à “extroversão” (abertura do município aos elementos externos) relacionada ao desenvolvimento. A esse movimento dá-se o nome de reterritorialização. Ele deve fundamentar-se em redes de solidariedade, na busca de mais justiça social e menos exclusão, além da revalorização das “atrações locais ... algumas medidas no sentido de revalorizar símbolos locais, como por exemplo a figueira da praia, o poço da praça e alguns sítios históricos, servem para mostrar essa preocupação”. (RUA 2002, pág.25).

Nesse horizonte se destaca o papel fundamental da participação do poder público em conjunto com a população para estabelecer diretrizes de políticas públicas que possam valorizar a identidade do território local, impedindo que a desterritorialização destrua as marcas dos valores e símbolos que identificam com a singularidade do local, e, ao mesmo tempo, possa acolher o processo de reterritorialização, construído na preservação dos valores éticos e na abertura solidária com outras territorialidades distintas.

Nesta perspectiva é importante lembrar alguns valores que fazem parte da identidade territorial do Município de Rio das Ostras, a saber:

- a) A riqueza e a diversidade de paisagem natural existente nos limites territoriais do município (rios, mar, floresta atlântica, restingas, manguezais, paisagem antropizadas, etc). Reiteramos que faremos uma análise do Plano de Manejo das Unidades de Conservação e uma análise mais localizada na Unidade denominada Parque Municipal dos Pássaros.
- b) A opção de um sistema de educação fundamental de bom nível, considerado hoje como referência pelo MEC.
- c) O pioneirismo em incorporar na malha urbana (Costa Azul) um modelo de paisagismo ecossistêmico, hoje tido como referência nacional, mostrando que é possível reterritorializar uma área desterritorializada, com um ecossistema (restinga), que no passado integrava a paisagem costeira.
- d) A determinação e ousadia de integrar no currículo escolar os processos de educação ambiental formal e não-formal, sendo com isso pioneiro no Estado do Rio de Janeiro. Nesse caso trataremos de relacionar a

educação ambiental, a nível escolar e informal, relacionando-as com o “uso” do espaço referente à Unidade de Conservação Parque Municipal dos Pássaros.

## 3

### Construção do objeto

#### 3.1

##### Apresentando o Município de Rio das Ostras

Traçaremos um perfil geral do Município de Rio das Ostras com base nos dados do relatório do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE), nos anos 2007 e 2008<sup>1</sup>. Nossa intenção não é fazer uma apresentação detalhada do município, o que seria muito complexo devido à sua recente emancipação e o seu próprio processo de crescimento econômico e transformação sócio-espacial nos últimos anos, principalmente após o recebimento dos royalties do petróleo. Estaremos apenas destacando aspectos básicos, a saber: histórico, caracterização do município, aspectos demográficos e aspectos turísticos.

Em entrevista com a Secretária de Ciência e Tecnologia Sra. Kátia Brandão<sup>2</sup>, tomamos conhecimento de algumas demandas do município. Nossa análise também fará referência a essas demandas, tendo sempre as dimensões e critérios de sustentabilidade, e os valores éticos como referência.

##### 3.1.1

##### Breve Histórico<sup>3</sup>

Inicialmente ocupado por índios Tamoios e Goitacazes, o território que hoje compreende o município de Rio das Ostras era constituído pela sesmaria concedida pelo capitão-mor e governador do Rio de Janeiro, Martin Corrêa de Sá, em 1º de agosto de 1630, aos padres da Companhia de Jesus. A sesmaria tinha

---

<sup>1</sup> Documento fornecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro através do site (<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?View={3E2EC6C4-7885-4703-BF6D-A590430CFD4D}&params=pMunicipio=81>). Acessado em 15/08/2009.

<sup>2</sup> Entrevista concedida no dia 23 de janeiro de 2009.

<sup>3</sup> Fontes: Estudos para o Planejamento Municipal – SECPLAN/FIDERJ – 1978; Abreu, A. “Municípios e Topônimos Fluminenses –Histórico e Memória”. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994 e sítio [www.riodasostras.rj.gov.br](http://www.riodasostras.rj.gov.br).

como limites o rio Iriri – atual rio das Ostras – ao sul, e o rio dos Bagres, ao norte. Os índios e os jesuítas deixaram suas marcas em obras como a da antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição, o poço de pedras e o cemitério. Após a expulsão dos jesuítas no ano de 1759, a igreja foi terminada no final do século XVIII, provavelmente por Beneditinos e Carmelitas.

As primeiras notícias sobre a área onde hoje se situam os municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras datam do princípio do século XVIII, quando, de uma antiga aldeia de índios, originou-se a freguesia denominada Sacra Família de Ipuca, em 1761.

A ocorrência de freqüentes epidemias naquela localidade fez com que a sede da freguesia fosse transferida para a foz do Rio São João, que já possuía núcleos de pescadores. O desenvolvimento aí verificado determinou a criação do município de Barra de São João em 1846, cujo território foi desmembrado do município de Macaé, tendo sido o arraial de Barra de São João elevado à categoria de vila, que desempenhava função portuária de exportação dos produtos agrícolas locais para o Rio de Janeiro.

Durante todo esse período, a estrutura econômica do futuro município de Casimiro de Abreu esteve baseada na agricultura. O isolamento físico associado à ausência de atividades agrícolas dinâmicas foi responsável pela pequena expansão do núcleo, que iniciou acentuado declínio a partir de 1888, com a libertação dos escravos.

O desajustamento da economia do município ocasionado pela Lei Áurea deu motivo a repetidos deslocamentos de sua sede entre Barra de São João, assolada por surtos de malária, e Indaiáçu (antiga denominação da sede de Casimiro de Abreu), sendo a mesma definitivamente fixada na última localidade em 1925, que passaria a se chamar em seguida Casimiro de Abreu, nome atribuído a todo o município em 1938.

Já a localidade de Rio das Ostras, como rota de tropeiros e comerciantes rumo a Campos e Macaé, teve um progressivo desenvolvimento com a atividade da pesca, que foi o sustentáculo econômico da cidade até meados do século XX. Rio das Ostras constitui-se em núcleo recente, da década de 50. A construção da Rodovia Amaral Peixoto, a expansão turística da Região dos Lagos e a instalação da Petrobras foram de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento da cidade, que viu sua população crescer e chegar o momento de sua emancipação

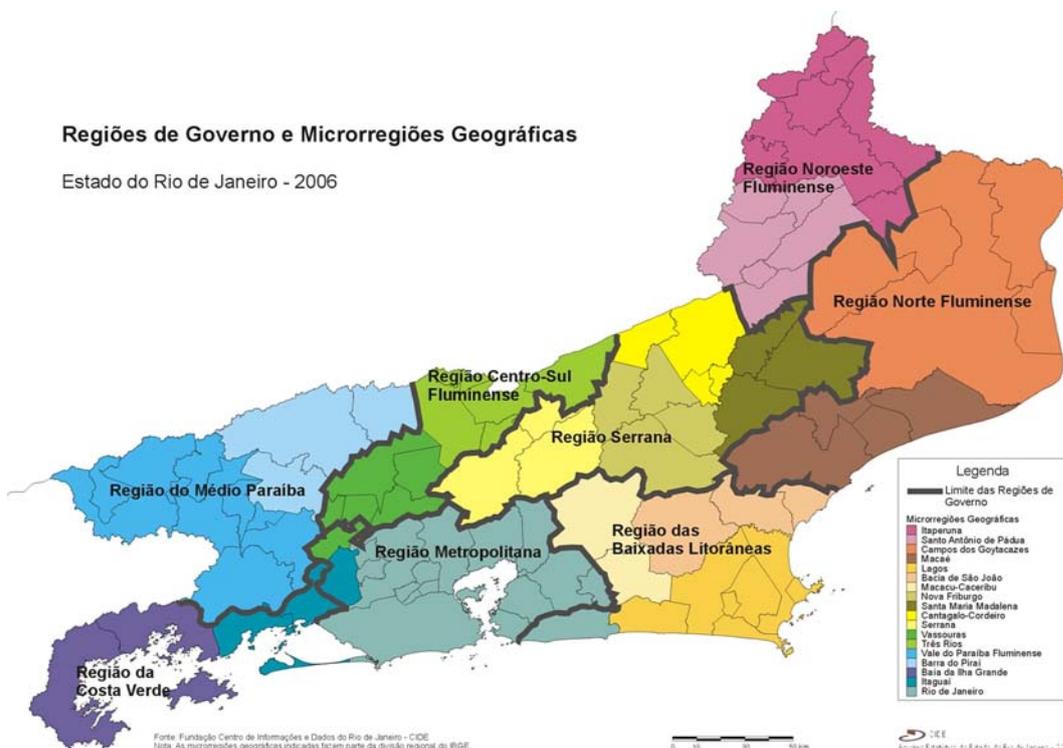
político-administrativa do município de Casimiro de Abreu, em 1992, dada pela Lei N.º 1.894, de 10 de abril daquele ano, e instalação em 1º de janeiro de 1993.

### 3.1.2

#### Caracterização do Município

Rio das Ostras pertence à Região das Baixadas Litorâneas (figura 1), que também abrange os municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, São Pedro d'Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

Figura 1: Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas



Fonte: TCE-RJ - Estudo Socioeconômico dos Municípios do Rio de Janeiro 2008. Rio das Ostras, pag.7.

O município tem um único distrito-sede, ocupando uma área total de 230,4 quilômetros quadrados, correspondentes a 4,2% da área da Região das Baixadas Litorâneas. Os limites municipais, no sentido horário, são: Macaé, Oceano Atlântico e Casimiro de Abreu.

Rio das Ostras dista nove quilômetros de Barra de São João, distrito de Casimiro de Abreu, e desenvolve-se a partir da RJ-106, que corta a área urbana

em duas partes, no sentido sul-norte, onde alcança Macaé. A RJ-162 estabelece a ligação com a BR-101, em Casimiro de Abreu, a oeste. A ferrovia Rio-Vitória passa pelo território municipal.

### 3.1.3

#### Aspectos Demográficos

De acordo com o Censo, em 2000, Rio das Ostras tinha uma população de 36.419 habitantes, correspondentes a 5,7% do contingente da Região das Baixadas Litorâneas, com uma proporção de 99,2 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 177 habitantes/km<sup>2</sup>, contra 111 habitantes/km<sup>2</sup> de sua região.

A população de Rio das Ostras em 2007 era de 74.789 habitantes. O município tem um contingente de 43.038 eleitores, correspondentes a 58% do total da população.

Segundo o levantamento, o município possuía 22.261 domicílios, com uma taxa de ocupação de 48%. Dos 11.495 domicílios não ocupados, 79% eram de uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local.

A zona urbana corresponde a cerca de 14,3% da área total do município e é constituída por três núcleos principais: o núcleo urbano propriamente dito – Rio das Ostras, com 2.857,82 há, o de Rocha Leão, com 34,62 há e o do Mar do Norte, com 435,85 há. O núcleo urbano de Rio das Ostras corresponde a 86% da zona urbana, estendendo-se desde a divisa com o Município de Casimiro de Abreu, na Estrada Velha do Rio Dourado, até a Fazenda Itapebussus, em ambos os lados da Rodovia Amaral Peixoto.

Este núcleo consolidou-se a partir da drenagem e do aterramento de áreas originalmente alagadas, à custa da redução dos ecossistemas de manguezal e de restinga, desde a década de 50 até os dias atuais. A urbanização de áreas por loteamentos regularizados ou por invasões irregulares, com desmatamento, obras de terraplanagem, ocupação de margens de corpos hídricos tem se dado de forma a comprometer a paisagem local e o funcionamento de ecossistemas como lagoas, manguezais e restingas. A ocupação das áreas mais nobres em geral se dá por pessoas de mais alto poder aquisitivo em loteamentos regularizados nas décadas

de 50 e 60, sobre campos, brejos e restingas; enquanto outras vêm sendo ocupadas pela população de baixa renda, através de invasão e aterro de manguezais.

Segundo informações da Secretária de Ciência e Tecnologia, Senhora Kátia Brandão 15, baseados em fontes de pesquisa do IBGE, a população de Rio das Ostras era de apenas 19.000 habitantes no ano de sua emancipação em 1993. Hoje esse número está próximo dos 100.000 habitantes, sendo que entre os anos de 2004 e 2008 a população dobrou (Ver Anexo7.3, Gráfico1, pag94). Seu crescimento populacional é de 10% ao ano. Segundo a secretária, e de acordo com dados do IBGE de 2007, 97% da população de Rio das Ostras é composta de pessoas que não são nativas do município. Esses números revelam uma dinâmica populacional característica da região nos últimos anos, devido à exploração de petróleo nos municípios vizinhos, e principalmente em relação ao município de Macaé. Sobre essa relação o geógrafo Faber Paganoto nos revela que:

“O alto custo dos terrenos e aluguéis em Macaé faz com que, até hoje, grande parte da mão-de-obra de nível técnico resida em Campos dos Goytacazes e outros municípios vizinhos de Macaé, como Casimiro de Abreu, Carapebus, Quissamã e, especialmente, Rio das Ostras. O elevado custo de moradia em Macaé tem provocado uma procura cada vez maior por imóveis, para compra ou locação, em cidades próximas, especialmente em Rio das Ostras, e isto se reflete em acelerado crescimento populacional destes municípios, sugerindo que alguns deles estejam desempenhando o papel de diques populacionais, ou seja, absorvendo parte da população migrante que antes se dirigia diretamente para Macaé” (PAGANOTO, F. 2008 pag.91).

O grande desafio do poder público, segundo a secretária, é atender a demanda de necessidade da população principalmente no que se refere saúde, educação, assistência social, ocupação urbana ordenada e preservação ambiental.

Acreditamos que o grande desafio da prefeitura seja a inclusão por critério de política pública dos impactos da dinâmica demográfica, respeitando as taxas atuais e perspectivas futuras de crescimento da população, levando em conta sua composição etária e outras variáveis, para uma gestão de base de recursos naturais e de capacidade de carga ou recuperação dos ecossistemas. Alertamos também para a questão do critério territorial, na melhoria do ambiente urbano e na diminuição das disparidades regionais. Vemos aqui a importância do valor que sem tem o processo de territorialização das unidades de conservação do município, não só na perspectiva de isolamento e/ou cerceamento para impedir o processo de expansão imobiliária e assegurar a biodiversidade, mas também na perspectiva de valorização das áreas enquanto refúgio para atividades educativas

socioambientais e integração da população como um todo com a paisagem natural e seus atributos.

(ver Anexo 7.2, Figura 2, pág 91)

(ver Anexo 7.3, Gráfico 1, pág 94)

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

#### 3.1.4

##### **Aspectos Turísticos**

Selecionamos este item, pois acreditamos que o turismo proporciona diversos benefícios gerando empregos, bens e serviços e melhora a qualidade de vida da população. No caso de Rio das Ostras o turismo é um fator primordial na dinâmica econômica da cidade. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, e outros fragmentos históricos, melhora a auto-estima da comunidade local e traz uma maior compreensão das pessoas de diversas origens. Destacamos anteriormente que a inter-relação das escalas local, regional e global é fundamental, dentro de uma perspectiva ecocêntrica, para consolidação de uma racionalidade ambiental que promova a sustentabilidade. Assim o turismo se caracteriza como grande veículo para divulgar experiências locais frutíferas relacionadas à sustentabilidades e aos valores ético-ambientais.

Segundo a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a TurisRio, os potenciais turísticos do Estado estão divididos em treze regiões distintas, conforme suas características individuais. A região turística em questão é denominada de Costa do Sol e é composta por 13 municípios, á saber: Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Carapebus; Casimiro de Abreu, com destaque para Barra de São João; Iguaba Grande; Macaé; Maricá; Quissamã; Rio das Ostras; São Pedro da Aldeia e Saquarema.

Rio das Ostras leva esse nome devido à grande concentração de ostras nas lajes existentes no encontro do Rio com o mar. É um lugar onde a natureza se destaca graças à exuberância de suas praias com areias monazíticas e ilhas oceânicas. O Rio também é uma atração. Navegável para barcos de pequeno porte e prática de esportes.

O relatório do TCU destaca diversas atrações naturais e culturais do município. Logicamente que a maioria são praias, costões, ilhas e lagoas. Dentre as atrações naturais destacamos do relatório as seguintes:

- Praia da Tartaruga, localizada em uma pequena enseada situada entre as praias do Abricó e Praia do Bosque, com 1km de extensão, é rodeada por residências de veraneio e pousadas e suas águas são mansas e mornas.

- Praia do Bosque, situada em outra pequena enseada, em seu extremo direito destacam-se frondosas árvores.

- Praia de Rio das Ostras, com 1800 metros de extensão, apresenta casuarinas e amendoeiras plantadas em sua orla e frondosas figueiras no trecho direito, conhecido como Praia da Figueira. Águas transparentes, mornas e esverdeadas, tem areias amareladas, coloração típica das areias monazíticas das praias da região.

- Praias do Costa Azul, com 4.500m de extensão, se apresentam com nomes diversos, geralmente semelhantes aos dos condomínios ou loteamentos existentes em sua orla, tais como Praia de Caledônia, da Figueira, da Bela Vista etc. Na orla de Costa Azul foi realizado o projeto de urbanização, onde se destaca a incorporação de espécies nativas de restinga no projeto paisagístico, e a construção de áreas de lazer integradas com a vegetação. Faremos mais adiante uma análise do projeto de urbanização da orla de Costa Azul.

- Ilha das Pombas, localizada em frente à Praia da Joana, também é chamada Ilha do Coqueiro por ter apenas um coqueiro solitário.

- Ilha do Costa, tem uma área de 6 mil m<sup>2</sup> no formato de uma grande laje. Como ela há mais quatro ilhas de características parecidas que variam de ½ a 1 ½ milha náutica da Boca da Barra.

Observamos que o potencial turístico do município é enorme com exaltação as suas paisagens e belezas naturais. Recorremos então à dimensão da sustentabilidade institucional, pois esta “ requer em sua forma mais ampla uma mudança por parte do sistema impositivo em sua base sobre o capital e o trabalho através de um norteamento pela “carga ambiental”, que seria uma redefinição da contabilidade nacional, patrimonial e empresarial em detrimento da lógica da sustentabilidade ”. Aplicada a uma dimensão mais local e juntamente com o critério territorial da sustentabilidade, queremos reforçar a idéia de que o turismo, enquanto atividade econômica e de lazer, é um dos fatores fundamentais para uma

nova definição no processo de (re)territorialização dos valores socioambientais do município. A geógrafa Regina Célia de Mattos nos ajuda a refletir sobre essa questão:

“A remodelação do espaço riostrense com equipamentos tradutores de uma lógica de conforto, bem-estar e modernidade e sua generosa e bela natureza promoveram uma valorização do lugar, articulando-o, cada vez mais, ao olhar da turisficação. O turismo sempre aqui esteve presente como atividade econômica e de lazer; entretanto, o direcionamento de recursos para a modernização e a promoção de freqüentes eventos de atração regional/nacional propicia uma veloz absorção de valores e necessidades materiais que, na mesma proporção, contaminam o imaginário social local, identificando-o, cada vez mais, com o global. O turismo é uma ação humana, mas, fundamentalmente, um grande negócio de valorização das singularidades dos lugares, das culturas e de suas concretas expressões” (MATTOS, R.C. de. 2002 pag.12).

Dentre as atrações culturais destacamos as seguintes:

- Estação Ferroviária de Rocha Leão, construída pela mão-de-obra de escravos, no final do século XIX, tem suas paredes de blocos de pedra bruta ligadas por uma mistura de barro e estrume de boi. Aí se encontra o Centro Ferroviário Cultural, administrado pela Fundação Rio das Ostras de Cultura, com o objetivo de trazer para esse distrito um espaço cultural, bem como Centro de Memória, com biblioteca, sala de exposições, oficina de arte, teatro e literatura.

- Museu do Sítio Arqueológico – Sambaqui da Tarioba, localizado na Casa da Cultura de Rio das Ostras, tem em exposição ostras gigantes, conchas, pedras que caracterizam estrutura de abrigo, lâminas de machado de pedras e restos de esqueletos fragmentados, em reconstituição da pré-história da região.

Segundo a secretária de ciência e tecnologia a senhora Kátia Brandão, o resgate da memória cultural, através da criação dos sítios arqueológicos e de monumentos histórico culturais, foi uma das prioridades do governo para resgatar junto a população o sentido de pertencimento e conhecimento da cultura histórica local.

Na Praça de São Pedro, no centro da cidade, foi tombada a Figueira (*Ficus cylophylla*) centenária onde a população local se reunia antigamente para contar histórias. Houve também o resgate, e medidas de incentivo de divulgação, da literatura local. Resgatou-se o poço de pedra onde a população antiga pegava água, e fez-se uma escultura simbolizando antigos moradores nativos servindo-se do poço. No critério cultural da sustentabilidade ressalta-se a necessidade de mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação). Assim vemos que é de fundamental importância desse resgate cultural

para promover o processo de reterritorialização. Especificamente sobre esses fragmentos de Rio das Ostras temos:

“É necessário estar atento para não associar reterritorialização à xenofobia e á intolerância com relação ao outro, ao diferente. Algumas medidas no sentido de revalorizar símbolos locais, como, por exemplo, a figueira da praia, o poço da praça e alguns sítios históricos, servem para mostrar essa preocupação”. (RUA 2002, pág.25).

(ver Anexo 7.1, Fotos 1 e 2, pág 81e82)

Ressaltando a questão da preservação dos sítios arqueológicos e seus valores relacionados têm-se a seguinte reflexão:

“O Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba (Trindade, 1999) e tantos outros sítios conservados hoje em Rio das Ostras são testemunhos de uma cultura pré-histórica na região, permeada de valores ético-ambientais que merecem ser conhecidos e divulgados para as atuais e futuras gerações, sobretudo aqueles valores que nos ajudam a manter a sustentabilidade social e ambiental do município, evitando a destruição do meio ambiente e a perda dos princípios humanísticos, religiosos e culturais” (SIQUEIRA 2002, pag.56).

## 4

# Estudo dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UC's) e Orla de Costa Azul

### 4.1

## Histórico de Criação das Unidades de Conservação em Rio das Ostras<sup>1</sup>

Para contextualizar e fundamentar nossa análise geral das UC's do Município de Rio das Ostras, usaremos como referência informações contidas no histórico de criação das UC's, fornecido pela própria prefeitura através da SEMADS, e a legislação brasileira em vigor.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC foi instituído, em resposta a demandas sociais de décadas, pela Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, e “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e Gestão das Unidades de Conservação” (Lei 9.985/ 2000, Art. 1º).

Mesmo antes da aprovação da Lei 9.985/2000, o município já contava com um Parque Municipal, criado em 1997, que preserva um pequeno fragmento de Mata Atlântica e que vem sendo utilizado para atividades de lazer e educação ambiental.

O município realizou a I Conferência Municipal de Meio Ambiente, em 1988. A partir de então se indicou a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, instituído através do Decreto nº 335/98. O Conselho foi composto por representantes de instituições técnicas de áreas afins ao meio ambiente, representantes da sociedade civil organizada e representante do Poder Público, com competência para deliberar, orientar, acompanhar e fiscalizar todas as questões ambientais do Município de Rio das Ostras. Aqui ressaltamos a questão

---

<sup>1</sup> Baseamos nossa análise em documento informativo elaborado e fornecido pela SEMADS de Rio das Ostras. O mapa em anexo (Ver Anexo 7.4, Mapa, pag96) mostra as Unidades de Conservação contempladas no trabalho.

do critério territorial da sustentabilidade, e a busca por territorialidades socioambientais construídas em conjunto atores e agentes da realidade sócio-espacial local, em todo processo de regulamentação territorial das UC do Município de Rio das Ostras.

A primeira atuação efetiva conselho foi na regulamentação das áreas protegidas foi a criação, através do Decreto nº 028/2000, da Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Iriry.

Nos dias 11 e 12 de Novembro de 2001, houve a II Conferência Municipal de Meio Ambiente. No seu relatório final, com o título referente às Câmaras Temáticas de Gerenciamento Costeiro e Mata Atlântica, entre outras propostas, foi apresentada a criação de Unidades de Conservação no âmbito do território municipal.

Posteriormente, através da Portaria 071/2002, foi nomeada uma “Comissão para elaborar estudos e relatório, visando à definição do uso do solo urbano deste Município, objetivando a proteção ao meio ambiente”.

Este estudo propiciou a identificação de áreas de interesse ambiental, definidas em normas legais, fornecendo subsídios técnicos para proposta de gestão territorial.

Nos trabalhos da Comissão de Estudos Ambientais foram realizadas vistorias e elaborada base cartográfica, abrangendo limites políticos, fitofisionomia, hidrografia, uso atual do solo, altimetria e a identificação das áreas legalmente protegidas, que permitiram a caracterização geoambiental do Município de Rio das Ostras, incluindo seus dados geográficos, fatores bióticos e abióticos. Todos esses dados constam nos Planos de Manejo de cada Unidade de Conservação e em nossa análise procuramos identificar pontos fundamentais.

O estudo elaborado foi encaminhado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como à Secretaria de Meio Ambiente, que apresentou ao Poder Executivo as justificativas para a criação das unidades.

Como resultado, foram criadas as seguintes Unidades de Conservação: Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus, Monumento Natural dos Costões Rochosos e o Parque Natural Municipal dos Pássaros no ano de 2002. Em fase final de estudo, encontram-se as Unidades de Conservação para proteção do manguezal do Rio das Ostras e as áreas verdes dos loteamentos, que irão compor

o mosaico de unidades de conservação do Município, garantindo assim a manutenção dos principais ecossistemas locais.

No Brasil, o Sistema Nacional de unidades de conservação da Natureza (SNUC) vem classificando as áreas protegidas como de uso indireto e direto dos recursos, nos níveis, federal, estadual e municipal. Segundo o SNUC, o manejo das diversas categorias de Unidades de Conservação é diferenciado, acolhendo sempre a contribuição de todos, para que os objetivos nacionais de conservação sejam atendidos. Portanto constitui-se, em um instrumento amplo, porém integrado, que visa garantir a manutenção dos processos ecológicos, representados em amostras dos diferentes ecossistemas do País. As áreas protegidas segundo o SNUC, são agrupadas em:

A) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INDIRETO (PROTEÇÃO INTEGRAL), que são aquelas onde estão totalmente restringidos à exploração ou aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se, apenas, o aproveitamento indireto dos seus benefícios. São identificadas como Unidades de Proteção Integral. Fazem parte dessa categoria: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica e Reserva Ecológica.

B) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO (MANEJO SUSTENTADO). São aquelas na qual a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada, ou seja, que visem o desenvolvimento sustentado. Estão nessa categoria: Floresta Nacional, Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental.

Para que as Unidades de Conservação de uso indireto, que preconizam proteção integral e manejo sustentado, possam atingir seus objetivos faz-se necessário um planejamento específico, e o mesmo se encontra estruturado no seu Plano de Manejo. Nos baseamos no Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Município de Rio das Ostras para uma análise, a luz das dimensões e critérios de sustentabilidades e valores éticos socioambientais. De acordo com o Plano de Manejo, da APA de Iriy preparado pela própria equipe da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, temos:

“A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos nas Unidades de Conservação, com a utilização dos benefícios deles advindos, devem ser elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado do local. Tais estudos são denominados de Plano de Manejo Ambiental. Entende-se por Plano de Manejo Ambiental o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de uma Unidade de Conservação, caracterizando cada uma das suas zonas e

propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades” (Plano de Manejo, pag.15).

Sempre é bom lembrar que os objetivos de conservação da natureza devem evidenciar a necessidade de criar unidades de conservação, estruturadas em um sistema que tem por finalidade organizar, proteger e gerenciar estas áreas naturais nacionais e regionais. No caso de algumas categorias de áreas protegidas, estas também representam uma oportunidade de desenvolvimento de modelos de utilização sustentável dos recursos naturais, além da importância de outros valores estéticos, culturais, espirituais, turísticos e educacionais. Ressaltamos a importância dos valores mais relacionados a uma dimensão espiritual da sustentabilidade: a reflexão, a interiorização e a contemplação sobre a natureza por parte dos gestores, da população local, e dos turistas. As unidades de conservação devem relacionar-se intrinsecamente aos processos espaciais que vão além dos aspectos que revelem suas interações entre flora, fauna e relevo, como afirma Freitas<sup>2</sup>:

“Há de se contextualizar geograficamente a porção do espaço sobre a qual recaem os interesses do planejamento, de forma a atingir as dimensões responsáveis pela gênese e dinâmica daquele espaço. Para que efetivamente se cumpram as atribuições de uma unidade de conservação, esta tem de estar relacionada com as dinâmicas sociais, e suas particularidades, inerentes ao espaço geográfico definido e seu entorno” (FREITAS, M.Mota de, 2003).

De acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que analisa o perfil dos municípios brasileiros em relação ao meio ambiente, houve, em relação ao Município de Rio das Ostras, alterações na paisagem de áreas legalmente protegidas principalmente por queimadas, desmatamento e caça ilegal de animais. Apesar disso, houve nos últimos anos um empenho maior de monitoramento e controle da gestão pública quanto a expansões urbanas, relacionados à especulação imobiliária e ocupações irregulares. Também houve uma implementação de políticas de educação ambiental em relação às unidades de conservação. Cabe aqui uma observação na prática da gestão pública, estabelecendo programas de conscientização junto à população, alertando quanto aos danos causados pelas práticas de queimada,

---

<sup>2</sup> O referido trabalho é uma análise sobre um Unidade de Conservação na localidade de Grumari no Rio de Janeiro, mas suas concepções gerais se adaptam muito bem ao nosso trabalho. FREITAS, M.M. – 2003- Funcionalidade hidrológica dos cultivos de banana e territorialidades na paisagem do Parque Municipal de Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ. 2003, 247p. Tese (Doutorado), Programa de Pós -graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro,UFRJ, Rio de Janeiro,2003.

desmatamento e caça. Assim vemos que a incorporação da dimensão espiritual, na sua tríplice relação de refletir, interiorizar e contemplar, é primordial para efeito de conscientização da população residente no entorno das Unidades de Conservação.

Neste sentido vemos que o processo de formação de territorialidades - que se concretiza através dos moradores, veranistas, e visitantes do Município de Rio das Ostras - devem ser caracterizadas por estratégia para a conservação, com procedimentos, que incorporem dimensões e critérios de sustentabilidade e valores éticos socioambientais, que garantam a reprodução social do espaço em associação com a conservação da biodiversidade. Esta forma de manutenção da territorialidade local, não deve ser apenas baseada na incorporação da população local nas atividades do parque, e sim num leque de opções que promovam o sentido de pertencimento e subjetivação da natureza local.

A seguir faremos uma análise mais generalizada do Plano de Manejo das seguintes Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental (APA) de Iriry, Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de Itapebussus, e o Monumento Natural (MN) dos Costões Rochosos. No que se refere ao Plano de Manejo do Parque dos Pássaros, faremos uma análise mais detalhada.

## 4.2

### **Análise da Área de Proteção Ambiental da Lagoa de IRIRY APA da Lagoa de Iriry<sup>3</sup>**

**Áreas de Proteção Ambiental (APA)** - Criadas de acordo com a Lei N° 6.902 de 27 de abril de 1.981, regulamentada pelo Decreto n° 99.274, de 6 de junho de 1990. Constituídas por áreas públicas e/ou privadas, têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem estar das populações humanas que aí vivem; resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.

Criada pelo Decreto Municipal n° 028 / 2000 e regulamentada pela Lei Municipal n° 740 / 2003, a área de Proteção Ambiental da Lagoa de Iriry localiza-

---

<sup>3</sup> Todos os Planos de Manejo das UC's, contempladas em nosso trabalho, foram gentilmente cedidos por Francisco José Figueiredo Coelho, gestor do Parque Municipal dos Pássaros.

se no Município de Rio das Ostras, possui uma área de 849.873m<sup>2</sup> e perímetro de 5473,64m, constituindo faixa de terra de largura variável entre a Rodovia Amaral Peixoto e o Oceano Atlântico, disposta sobre os loteamentos Jardim Bela Vista, Mary e Lago, Terra Firme e Reduto da Paz.

Como uma APA, a da Lagoa do Iriry, possui certo grau de ocupação humana (ver mapa), é dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos, ou culturais, importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Lei Federal nº 9.985 art. 15º)

De acordo com o próprio Plano de Manejo para APA de Iriry, o seu objetivo geral fundamental seria:

“O objetivo geral do Plano de Manejo Ambiental é otimizar a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural nele presente, de forma que seja possível sua utilização como área de lazer, turismo e produção cultural, pela população em geral, bem como pelos visitantes da cidade, sendo a responsabilidade pela implementação e manejo do presente plano da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAP”. (Plano de Manejo, pag.28).

Ressaltamos que de acordo com o histórico de formação das UC's, com as informações contidas no plano e reveladas pela própria equipe da SEMAP, o mesmo foi desenvolvido com base em dados primários (levantamento de campo) e complementado com dados de bibliografia, consulta aos órgãos da administração municipal e contatos informais com a população vizinha à área do empreendimento, além de entrevistas com lideranças locais. Destacamos a questão do critério territorial nesse processo de territorialização.

A APA da Lagoa de Iriry, possui área de 982.742,43 m<sup>2</sup> e perímetro de 5.781,00m. Dentre os atributos manifestados no Plano de Manejo, destacamos:

- Disciplinar o processo de ocupação da área a fim de proteger a diversidade biológica, seus atributos bióticos, abióticos e estéticos.
- Proteger a bacia hidrográfica da Lagoa de Iriry, de forma de forma a assegurar a sustentabilidade do uso dos seus recursos naturais e a qualidade de vida.
- O desejo em garantir, culturalmente, ecologicamente e juridicamente, a preservação do ecossistema local.
- Os esforços em articular no espaço as atividades culturais, turísticas e de lazer. (ver Anexo 7.1, Fotos 3, 4, 5, 6 pág 82 e 83)

- A preocupação de que a área em questão seja um espaço aberto para os processos de educação ambiental do município e dos demais municípios circunvizinhos.

-A necessidade de estar respaldado pelos saberes científicos nas avaliações ambientais (levantamento das espécies de fauna e da flora, alertas para os problemas de doenças, erosão e assoreamento etc).

- A importância em chamar a atenção sobre o valor do lazer contemplativo e recreativo, fundamental na relação entre homem e natureza, estando relacionado com a racionalidade axiológica.

Área de Preservação do Patrimônio Natural: na área da APA encontra-se um dos últimos refúgios do ecossistema de Restinga no Município de Rio das Ostras, outrora abundante no litoral brasileiro. Assim a questão da criação da APA reforça uma reterritorialização relacionada ao critério territorial da sustentabilidade mais especificamente, pois assegura a preservação do ecossistema que a circunda e os outros dois que estão intrinsecamente relacionados. Configura-se então essa reterritorialização através de um mosaico composto de ambientes aquáticos, úmidos, e terrestre com dunas, lagoa, brejo e restinga, numa relação de integração socioambiental através do lazer e da contemplação.

Nesse aspecto é importante destacar a preocupação em estabelecer uma Área de Lazer Verde, apontado no Plano de Manejo, onde segundo a ONU, uma cidade deve contar com, pelo menos, 12 m<sup>2</sup> de área verde por habitante, sendo 40 m<sup>2</sup>/Hab o ideal para uma boa qualidade de vida. Países como Inglaterra, E.U.A., e Holanda apresentam mais áreas verdes por habitante do que o valor considerado ótimo pela ONU. No Brasil, apesar dos dados imprecisos, estes valores não chegam a 2,0 m<sup>2</sup>/hab, e, no Estado do Rio de Janeiro, este valor não ultrapassa 1,5 m<sup>2</sup>/hab. Se há a deficiência de áreas de lazer, sua implementação incorporando o ecossistema local é de um valor inestimável para questões axiológicas como o convívio com espécies endêmicas e resgate da subjetividade da natureza local como parte da convivência entre moradores, veranistas e visitantes.

Assim a APA de Iriry apresenta grande potencial devido a sua localização em uma área urbana próxima ao mar, e sua beleza natural com a presença da Lagoa de Iriry e de sua vegetação de restinga exuberante.(ver Anexo 7.1, Foto 6,

pág 84) A APA da Lagoa de Iriry pode ser considerada um refúgio dentro do meio urbano do Município de Rio das Ostras, sendo uma excelente opção de passeio para os moradores da cidade e seus visitantes, que podem desfrutar da tranquilidade, do ar puro e da beleza cênica do local, situada próxima da concentração urbana da Cidade de Rio das Ostras e outras vizinhas, como Macaé e Casimiro de Abreu.

A área da APA é uma opção de lazer para as crianças da região, principalmente as de idade mais baixa, uma vez que reúne grandes áreas livres e ar puro, associada a um ambiente natural proporcionado pelas belezas cênicas da APA, como a própria Lagoa de Iriry e a Praia de Costa Azul.

É um local onde as crianças podem brincar livremente, sem riscos excessivos, certamente menores que na maioria dos logradouros presentes nos centros urbanos. (ver Anexo 7.1, Foto 3, pág 82). Uma observação crítica de nossa parte consiste na insistência, por parte do poder público, em colocar brinquedos feitos de ferro, pois é um material que degrada rapidamente sob os efeitos da maresia e pode causar acidentes se não houver uma constante manutenção (ver Anexo 7.1, Foto 4, pág 83).

Outro fator de extrema importância foi o resgate, perante a comunidade local, do nome original da Lagoa de Iriry. Quando adolescente, tivemos a oportunidade de visitar o Município em diversas ocasiões. Uma das atrações era a então “Lagoa da Coca-Cola”, chamada assim pela cor, que resultante da quantidade de matéria orgânica presente na água, lembrava a cor do refrigerante símbolo de uma das maiores multinacionais do mundo globalizado. Com o processo de implementação do Plano de Manejo, resgata-se o nome original de origem Tupi que significa “Lagoa das Conchas”. Nesse processo identifica-se uma importante reterritorialização, através do resgate e valorização da cultural local, associado à preservação do ecossistema local com seu aproveitamento para o lazer. Ressaltamos mais uma vez a tríplice relação referente à dimensão espiritual da sustentabilidade: a reflexão, a interiorização e a contemplação. A reflexão que fez com que todo conjunto formado por lideranças, políticos e corpo técnico, chegasse a um consenso coletivo sobre a importância de se resgatar o nome original. A interiorização, pois a partir dessa medida redescobre-se a funcionalidade ecossistêmica da cor da água e a abundância da espécie da fauna marinha que lhe dá o nome. A contemplação por parte de todos aqueles que a

visitam tendo a oportunidade de estar em contato com um fragmento natural e de nome cultural nativo. Assim dimensões e critérios de sustentabilidades estabelecidos e concretizados, juntamente com valores socioambientais de natureza axiológica e relacionados a uma dimensão mais espiritual da sustentabilidade, revelam-se, junto com a presença da comunidade, nos neoagentes que dinamizam o espaço local.

(ver Anexo 7.1, Fotos 3, 4, 5 e 6 pág 82 e 83)

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

### 4.3

#### **ARIE DE ITAPEBUSSUS**

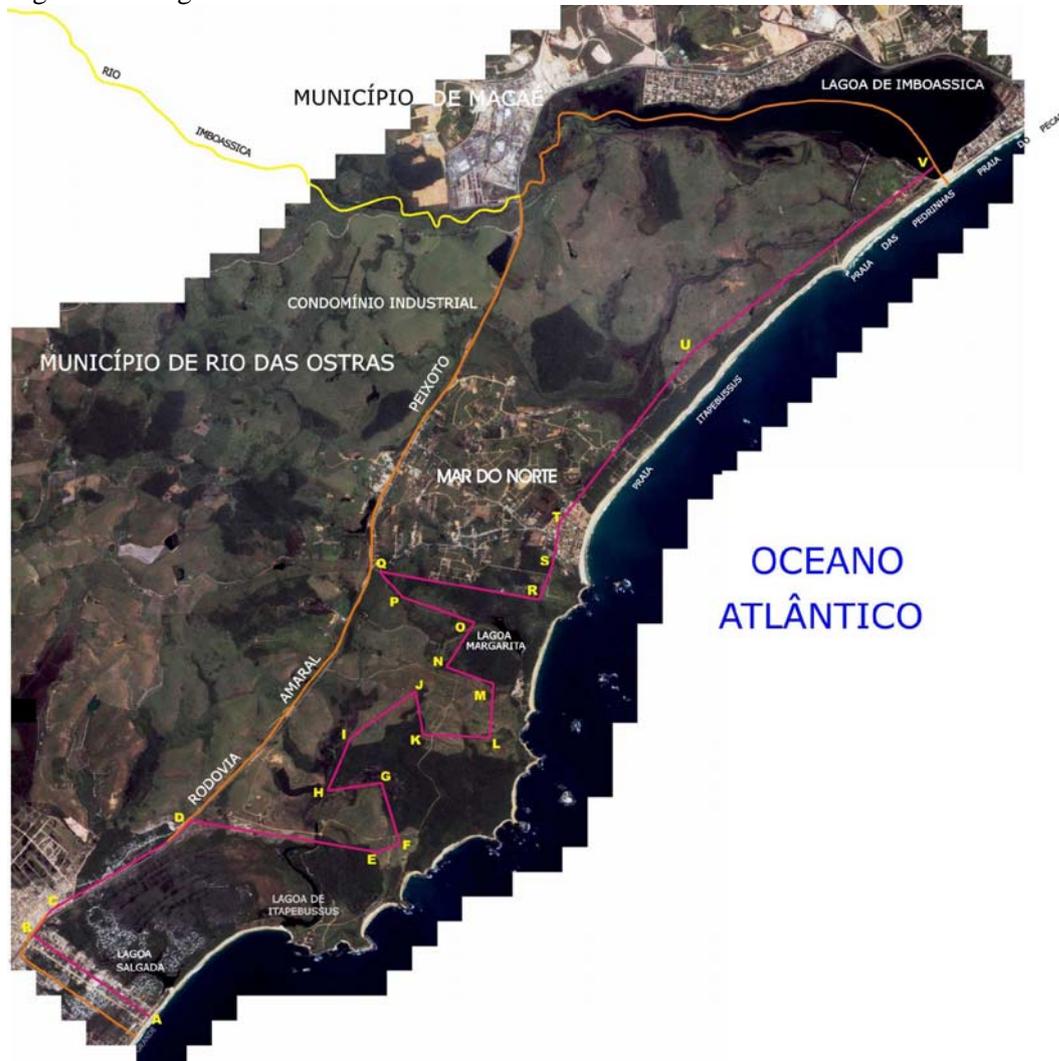
Criada em junho de 2000 pelo Decreto nº. 038/2002, a Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus localiza-se no Município de Rio das Ostras e possui uma área de 986,76 hectares, compreendendo uma faixa de terra, de largura variável, acompanhando costa, desde o Loteamento Enseada das Gaivotas até a divisa com o Município vizinho, na Lagoa de Imboassica. Sua área inclui as microbacias hidrográficas das Lagoas Salgada, Itapebussus e Margarita e parte da bacia hidrográfica da Lagoa de Imboassica.

Segundo o Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE de Itapebussus, a mesma caracteriza-se como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Como uma ARIE, abrange área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. Seu objetivo é manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com objetivos de conservação da natureza (Lei Federal nº 9985 / 2000 – art. 16º).

A criação da ARIE de Itapebussus contribui para a manutenção de sua diversidade biológica e de seus recursos genéticos, protegendo suas espécies ameaçadas de extinção e promovendo seu desenvolvimento em bases sustentáveis, dentre outros objetivos. Destacamos aqui a questão do desafio local em assegurar que a especulação imobiliária não seja um instrumento de desordem da ocupação local, impondo um processo de desterritorialização, descaracterizando a paisagem

preservada da ARIE. Destacamos aqui a importância do critério ambiental da sustentabilidade.

Figura 3 - Imagem de Satélite 5 - Limite da ARIE e da Zona de Amortecimento



Fonte: Plano de Manejo da ARIE de Itapebussus. Encarte II pag.2.

A ARIE tem grande parte de sua superfície coincidente com a Fazenda Itapebussus, cujo nome tem origem na denominação da lagoa ali existente. A palavra Itapebussus pode ser traduzida como “grande pedra negra”, possível referência às rochas que formam o pontão de cor muito escura que se lança, mar adentro, construindo um recorte costeiro de grande beleza. (ver Anexo 7.1, Foto 7, pág 84)

O fato do processo de formação das UC’s do Município de Rio das Ostras serem um acontecimento recente faz com que tenhamos, a possibilidade de averiguar quais os critérios de inclusão e não-inclusão foram estabelecidos, dentro

do próprio documento, na constituição desse tipo de territorialidade. Assim pudemos analisar de certa forma esses critérios. De acordo com o Plano de Manejo da ARIE de Itapebussus foram observados como critérios de inclusão:

- as microbacias dos rios que fluem para a UC;
- as áreas naturais preservadas com potencial de conectividade com a UC;
- os remanescentes de ambientes naturais próximos à UC;
- a ocorrência de acidentes geográficos e geológicos notáveis ou aspectos cênicos próximos à UC.

Por outro lado, como critérios de não inclusão, foram consideradas:

- áreas urbanas já estabelecidas;
- áreas estabelecidas como de expansão urbana pelo Plano Diretor Municipal.

De acordo com o plano de manejo, sempre que critérios de inclusão e de não inclusão mostraram-se conflitantes, optou-se pela solução mais conservadora (a de inclusão), o que implica admitir que os limites da Zona de Amortecimento adotados no Plano de Manejo foram submetidos à revisão confirmando os critérios ou adaptando-os, nas fases posteriores de desenvolvimento do Plano.

Como critérios de ajuste, foram considerados os limites identificados em campo, como a Rodovia Amaral Peixoto e a lagoa de Imboassica. A ARIE de Itapebussus e sua Zona de Amortecimento ficaram integralmente localizadas no município de Rio das Ostras.

Dentro do processo de territorialização da Unidade de Conservação avaliadas no seu Plano de Manejo destacamos os seguintes valores:

- Conservação de Bacias Hidrográficas de pequenas Lagoas Costeiras.
- Conservação de importante remanescente florestal de restinga e proteção da Fauna.
- Caracterizações ambientais referentes ao clima, à geologia, a geomorfologia, a hidrografia, aos tipos de solo (liminologia), a vegetação, a fauna (ictiofauna, anfíbios e répteis, avifauna, mastofauna), aspectos históricos e socioeconômicos, aspectos arqueológicos (sambaquis, e tupiguarani) e alternativas de desenvolvimento econômico e sustentável.

Em relação ao Plano de Manejo cabe ressaltar que valores relacionados com a contemplação e a integração socioambiental estão muito bem identificados ao nosso ver. A principal alternativa de uso econômico de espaço da ARIE de Itapebussus, de acordo com o Plano de Manejo, deve estar vinculada à

possibilidade de se desfrutar suas paisagens. Identificam-se a relação entre o lazer e o turismo — realizados de forma disciplinada e respaldados para esforços de educação ambiental — como atividades que podem contribuir para a manutenção das características da ARIE. Outras atividades, além do turismo relacionado à sua paisagem, podem ser admitidas como positivas para a ARIE. A observação de espécies da fauna, acompanhada de monitores treinados, podem ser acrescentadas como um atrativo especial ao conjunto paisagístico da ARIE. Vemos aqui uma importante caracterização de que a dimensão espiritual da sustentabilidade, a partir de ações mais contemplativas da natureza, é dada como integrante do desenvolvimento socioeconômico, da dinâmica socioambiental, e da formação de valores locais.

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

Alguns esportes náuticos, como mergulho e o velejo, também são dados como atividades que contribuem com o desenvolvimento econômico sustentável da Unidade de Conservação. Os pontos principais foram resumidamente agrupados em nossa análise, a saber:

- Preocupação em conhecer a diversidade biológica existente na área através do levantamento de fauna (gaviões, corujas-buraqueira, caramujos, lagartos, tatuís, aranhas, entre outros) e da flora (*Mariscus pedunculatus*, *Cereus fernabucensis*, *bromélia antiacantha*, *Clusia hilariana*, *Cattleya guttata*, entre outras).

- A consciência de que naquele espaço aparece a preocupação com as formas de vidas vulneráveis e ameaçadas. (p. ex: flora: 4 espécies em perigo e 3 espécies ameaçadas, segundo critérios da IUCN; avifauna: 3 espécies ameaçadas e 7 espécies endêmicas da Mata Atlântica).

- Acento sobre a importância da beleza cênica do lugar, acenando para o diferencial daquela territorialidade local.

No entanto, outros pontos, oriundos das intervenções antrópicas, são preocupantes, merendo um estudo mais detalhado. São eles:

- Tráfego de veículos nas praias e restingas.
- Uso da área para manobras militares.
- Pesca predatória

- Queimadas
- Fragmentação dos habitats
- Caça
- Descarte de resíduos sólidos

#### 4.4

#### **MN – Monumento Natural dos Costões Rochosos.**

Área Protegida Municipal pertencente ao grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (Lei Federal nº. 9985 / 2000 – art. 07º e 12º). Como Monumento Natural, visa preservar sítio natural raro, de grande beleza cênica.

Criado pela Lei Municipal nº. 054, de 26 de julho de 2000 o Monumento Natural dos Costões Rochosos localiza-se no Município de Rio das Ostras, ocupando uma área de 44,10 hectares, que compreende as Praias da Joana, Brava e Areias Negras, e as Ilhas da Costa, Laje Grande, Laje das Grotas, Trinta Réis e dos Pombos. A área do Monumento Natural fundamenta-se na Lei Municipal nº 0194/96, que estabelece o zoneamento do município e caracteriza área em torno do parque como zona urbana, e no Decreto 035/2002 que estabelece algumas restrições quanto ao gabarito dos imóveis a serem licenciados em várias áreas do município (ver Anexo 7.2, Figura 4, pág 92).

O Monumento Natural dos Costões Rochosos inclui em seus limites diferentes ecossistemas costeiros, tais como restinga, costões rochosos, mata de encosta e ilhas costeiras, paisagens de grande beleza cênica. Ocupando trecho da Zona Urbana do Município de Rio das Ostras, é a única Unidade de Conservação pertencente a esta categoria no país (ver Anexo 7.2, Figura 5, pág 92).

Ressaltamos mais uma vez a preocupação dos órgãos públicos gestores, principalmente a SEMAD de Rio das Ostras, de incorporar as diferentes representações locais comunitárias, na elaboração do Plano de Manejo. No caso do MN dos Costões Rochosos o Plano de Manejo revela a preocupação de se elaborar dados sobre a visão das comunidades em relação à UC. Os dados existentes foram obtidos através da realização de uma Oficina de Planejamento

com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano de Manejo do Monumento Natural dos Costões Rochosos.

Existe nos moradores uma grande preocupação com a proteção do local a partir da relação de pertencimento, principalmente devido à beleza das praias e costões. Uma territorialidade se faz assim a partir da importância da UC para a qualidade de vida da população e a necessidade de manutenção do local para as gerações futuras. A importância da educação ambiental e do respeito ao meio ambiente e a importância da UC para o turismo e para a imagem da cidade também foram contempladas de acordo com o Plano de Manejo.

Destacamos também os seguintes aspectos no Plano de Manejo:

- Valor da história geológica da área: a ligação entre a história atual.
- A importância em associar a relação entre costões e biodiversidade terrestre e marítima.
- O valor da área na relação entre história natural e história cultural dos povos tradicionais (p.ex. sambaquis)
- A importância do monumento natural dos costões rochosos enquanto laboratório vivo para os processos de educação ambiental.

Existem também atividades negativas diagnosticadas no Plano de Manejo.

São elas:

- A caminhada por trilha sobre a vegetação ou costões rochosos, que se estende desde o mirante da praça da Baleia até os costões da Praia da Joana, deve ter avaliado o seu nível de risco à degradação do ambiente.
- A utilização de áreas da UC para o estacionamento de veículos pode ser considerada uma atividade geradora de impacto negativo sobre o meio físico e biótico. Na alta temporada, a ampliação dessas áreas pode ocasionar danos diretos sobre a vegetação nativa.
- A coleta de mexilhões, pesca de arpão e a pesca de linha, desenvolvidas em diversas praias, costões e nas ilhas.

(ver Anexo 7.1, Foto 8, pág 85)

## 4.5

### Parque Municipal dos Pássaros

Faremos agora um estudo mais detalhado da parte teórica do Plano de Manejo do Parque Municipal dos Pássaros. Nosso estudo está fundamentado primeiramente na exposição resumida de alguns tópicos selecionados no Plano de Manejo, à luz das dimensões e critérios de sustentabilidades. Procuramos verificar também os valores que estão expressos nesse documento, revelando as intenções para seu processo de territorialização. Em seguida, a partir de nossas observações de campo, veremos se as propostas e valores estão sendo cumpridos.

Desde já ressaltamos que tivemos o total apoio da direção do parque, na figura do diretor Francisco José Figueiredo Coelho e sua equipe de gestores, sempre dispostos a colaborar com dados e informações, inclusive os próprios planos de manejo das unidades de conservação contempladas em nossa pesquisa.

Área Protegida Municipal pertencente ao grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, como Parque Natural Municipal. Visa à preservação de ecossistema natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

Criado pelo Decreto Municipal nº 091, de 29 de novembro de 2002, o Parque Municipal dos Pássaros localiza-se no Município de Rio das Ostras, com uma área de 68.880 m<sup>2</sup> e está situado no bairro Jardim Mariléia.

O Plano de Manejo compõe-se de abertura, introdução, e está dividido em 5 encartes e 1 anexo. Faremos um estudo apontando os tópicos, e acrescentando comentários pertinentes. Buscaremos nortear nossas análises através de nossa base conceitual das dimensões e critérios de sustentabilidade, dos valores éticos e socioambientais, e das novas territorialidades.

Já na apresentação destacamos a preocupação em torno do ecossistema de restinga e a questão da pressão imobiliária, devido à própria dinâmica de crescimento demográfico do município em torno da área do Parque antes da sua implementação. Também fica evidente o compromisso de integração com a população do entorno, com municípios da região e com a sustentabilidade. Resumidamente temos:

“A implantação desta unidade de conservação e consolidação de seus propósitos trará, com certeza, benefícios indiretos às cidades e municípios vizinhos, como Búzios, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Macaé e outros mais distantes, e benefícios diretos na própria cidade de Rio das Ostras, que estará sendo dotada de equipamentos que permitirão oferecer ao cidadão riostrense e ao turista, uma melhor qualidade de vida, associando lazer, oportunidade de trabalho e preservação ambiental... o Parque dos Pássaros, tendo como objetivo central a preservação ambiental e o desenvolvimento de práticas tecnicamente, socialmente e ambientalmente sustentáveis, agregará riqueza e status ao município onde estará sediado e aos municípios vizinhos, pela criação de novas possibilidades de trabalho, lazer e de uma nova forma de ocupação que respeita e acrescenta muito ao ecossistema silvestre da região” (Plano de Manejo, pág. 16).

Uma questão de extrema importância é a da expansão imobiliária para processos de territorialização local de um município com a dinâmica demográfica apresentada anteriormente. Ao nosso ver, há uma relação positiva, pois está ocorrendo um processo controlado de expansão, respeitando o ecossistema local. Como podemos observar – ainda há no entorno do Parque empreendimentos imobiliários - e segundo relato informal de um corretor de imóveis local obtido em campo, o Parque atualmente contribui para valorização dos imóveis do seu entorno. A proprietária da Padaria Caiçara, localizada bem próxima ao parque, que é nativa de Rio das Ostras, disse que nunca foi ao parque devido ao seu pavor em relação aos mosquitos. Mas mesmo assim, ela acha excelente a presença do parque e a preservação do ecossistema de restinga. Membros da sua família fazem visitas constantes ao parque e ao viveiro de pássaros. Vemos aqui um exemplo que, mesmo sem se permitir um contato direto com a Unidade de Conservação, a própria presença do parque e o uso por seus familiares despertaram a sua consciência para a preservação, além do valor de se ter um estabelecimento comercial junto ao parque. (ver Anexo 7.1, Fotos 10 e 11, pág 86).

Faremos uma crítica na questão do enfoque internacional colocada no Plano de Manejo, pois o mesmo ressalta que:

“Em virtude do seu afastamento de qualquer fronteira ou divisa brasileira com outros países, esta unidade não possui nenhuma relevância no contexto internacional, a não ser como base de estudos de representativas fauna e flora endêmicas da região nos seus fragmentos de Mata Atlântica” (Plano de Manejo, pág 20).

Percebe-se que não se deu a devida importância de uma dimensão ética de relação local-global com a pura e simples mostra de cumprimento de um critério territorial de sustentabilidade com o visitante estrangeiro. Os dados revelam que há uma significativa quantidade de visitantes vindos de outros países que

certamente podem ter se encantado com a experiência do Parque, podendo executar proposta semelhante no seu país de origem (ver Anexo 7.3, Gráfico 2 e Tabela 1, pág 95).

Destacamos a importância dos levantamentos de natureza geobiofísicas, para elaboração do Plano de manejo, o que revela a preocupação do conhecimento dos processos bióticos e abióticos não só locais mais regionais, proporcionados pela atuação de equipe de natureza interdisciplinar, segundo o próprio relatório, e disponibilizando dados de natureza científica para estudos futuros na região.

A esse processo unem-se os levantamentos de natureza antrópica para dar subsídio à implantação do parque, mas evidenciando uma dimensão política e critério territorial e cultural de sustentabilidade, contemplando toda comunidade envolvida e suas representações. Ressaltamos também a noção da importância do valor do lazer ecológico como nos revela o próprio plano de manejo:

“... projeto onde a preservação ambiental está sendo aliada ao desenvolvimento sustentável tanto social quanto do meio ambiente, trazendo mais uma opção de lazer ecológico ao riostrense e ao turista em geral. O trabalho que o Programa de Educação e Comunicação Ambiental do Projeto Parque dos Pássaros vem desenvolvendo junto às escolas do município e as comunidades, em especial a do bairro Jardim Mariléa, vai proporcionar uma análise e avaliação da visão da população de Rio das Ostras sobre esta Unidade de Conservação” (Plano de Manejo, pág.89).

Os recursos já estão gerando intercâmbios científicos para o município, para a região, e quiçá para o país. Além disto, a construção do Centro de Visitação oferece opções para exposições artísticas e lazer. Destacamos a questão de se propiciar a vivência com as aves num viveiro de grandes dimensões onde, a observação e contemplação do ambiente por trilhas ecológicas, poderá arrecadar valores representativos com as atividades que poderão ser nele desenvolvidas.

Destaca-se que, foram elaborados estudos geobiofísicos mais específicos da área do Parque e seu entorno. Notamos que além do sentido de preservação ambiental com a criação de uma Unidade de Conservação, existe o propósito de desenvolver uma mentalidade de respeito ao meio ambiente, através de um consistente Projeto de Educação e Comunicação Ambiental; o resgate e o resguardo de uma fauna e flora autóctones orientadas pelas normas e diretrizes que serão traçadas pelo Plano de Manejo.

Assinalamos a importância da possibilidade de proximidade com essas espécies, dentro do seu habitat natural, para formação de valores educacionais,

que inspirem e despertem a consciência da preservação do ecossistema de restinga, não só no município, mas em toda a região litorânea em que se encontra ameaçado.

Foi elaborado todo um planejamento para o uso do espaço com sua organização e delimitação territorial, além da divisão das funções administrativas e gestoras, que, na nossa opinião, estão bem integradas e voltadas para uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental. Exemplificando essas perspectivas vejamos as intenções expressas na proposta de criação do Banco de Extratos Vegetais:

“O estabelecimento de um Banco de Extratos e Compostos Orgânicos do próprio Parque, baseado em sua flora específica do Bioma Mata Atlântica, muito pouco explorada ainda neste segmento, poderá ser estabelecido através contratação de empresas privadas e em parceria com a UFRJ. Existe no Pólo Bioquímico da Universidade Federal do Rio de Janeiro uma empresa privada cuja missão é de agregar valor a Biodiversidade Brasileira. Isto possibilitará a propriedade do composto, e disponibilizará estes produtos para pesquisa e produção de novos remédios, trazendo como receita anual, royalties de até milhares de dólares. Como se sabe, as plantas representam uma fonte importante de medicamentos, tanto para a medicina popular, quanto para a prática médica alopática e homeopática, sendo que 40% dos medicamentos atualmente comercializados são derivados de produtos naturais. O Brasil detém uma posição potencialmente competitiva na descoberta de novas drogas naturais. Aqui se encontram representadas 70% da biodiversidade do Planeta, sendo que 20% dessas espécies, raças e variedades são encontradas apenas no Brasil” (Plano de Manejo, pág. 197).

Não podemos deixar de destacar, mesmo que apenas a nível intencional do Plano de Manejo, da intenção de utilização de recursos da própria biodiversidade do parque, em parceria com instituições de pesquisas, para gerar subsídios a sua futura auto-gestão, além de proporcionar benefícios na área da medicina. Promove-se assim a agregação de valor a biodiversidade da Mata Atlântica na organização sistemática de uma coleção que permita a identificação de derivados da Mata Atlântica e biomas associados com atividades de zero impacto ambiental. ANDREATA (2002, p.32) baseado em SIQUEIRA (2002), na sua análise sobre “O valor da biodiversidade no município de Rio das Ostras”, nos apresenta os sete princípios em relação à biodiversidade. No quarto princípio, denominado “Princípio ético-valorativo” temos: “A biodiversidade não pode ser vista apenas dentro de uma racionalidade quantitativa, técnica ou operacional, mas também na perspectiva da racionalidade qualitativa e axiológica”. Esse princípio nos mostra a importância dessa iniciativa. A criação dos Planos de Manejo das UC's de Rio das

Ostras contribuiu muito para o levantamento da biodiversidade do município, que, até então, era “pouco conhecida”). Numa referência a importância do conhecimento da biodiversidade citamos a mesma autora que nos afirma:

“Por tudo isso é preciso conhecer a importância da biodiversidade local, para que se possa mostrar aos alunos todo o potencial da fauna e da flora que existe no seu município, de modo a poder respeitar, amar e preservar a natureza que o circunda e legá-la para futuras gerações” (ANDREATA 2002, pag. 33)

“À medida que defendemos nossos ecossistemas, onde vivem milhares de organismos, cujo valor intrínseco da vida independe de sua utilidade conhecida, permitimos a sobrevivência dessas espécies, sobretudo as que são ameaçadas de extinção, endêmicas, úteis ou históricas para a região” (ANDREATA, 2002 p.33)

Sendo uma das atrações mais importantes do Parque, não poderíamos deixar de analisar a proposta de criação do Viveiro de Pássaros que tanto encanta os visitantes e constituiu uma excelente experiência de educação ambiental.

O próprio Plano de Manejo reconhece que “vivendo nas grandes cidades de nosso País, fundamentalmente as crianças de hoje poucas chances têm de compreender o significado da palavra biodiversidade e de como protegê-la e conservá-la”, pois sem conhecer e entender não se pode preservar. Segundo o Plano de Manejo foi neste sentido que a Prefeitura municipal de Rio das Ostras, por meio da sua Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca – SEMAP - determinou o desenvolvimento de um grande viveiro de aves no âmbito do Projeto de Implantação e Consolidação do Parque dos Pássaros, onde jovens e adultos, tanto da cidade como de outras regiões, possam conhecer, respeitar e aprender a proteger os representantes de nossa admirável riqueza ornitológica. As medidas para implantação do viveiro, segundo consta no Plano de Manejo, foram de oitenta metros de comprimento, trinta metros de largura e vinte de altura, ou seja, com um volume total de 48.000 metros cúbicos, desenvolvendo em seu interior uma réplica dos vários ecossistemas de Mata Atlântica e Restinga cientificamente preparados para abrigar diversos elementos da nossa avifauna. As espécies podem ocupar os diferentes nichos ecológicos disponibilizados pelas diversas formações vegetais implantadas. Serve também como ferramenta para o repovoamento do entorno, uma vez que sendo de cunho conservacionista terá condições de propiciar em suas áreas de fuga a reprodução de aves autóctones. Estas, nascidas em estado semi-selvagem, estariam já preparadas para serem incorporadas no processo

científico de reintrodução, voltando a ocupar os nichos anteriormente abandonados pela pressão antrópica da área.

Em nossas visitas pudemos observar que atualmente o viveiro cumpre um importante papel no processo de triagem, pois recupera espécies que chegam ao parque em péssimo estado de saúde. Destacamos a preocupação, por parte de toda equipe envolvida no processo, em verificar a integridade dos criadores que forneceram algumas espécies nativas, através de registro no IBAMA.

Numa segunda etapa, pretende-se que as aves nascidas em cativeiro possam ser oferecidas para repovoamento de outras áreas fora do município, cumprindo assim o viveiro sua missão conservacionista. Não pudemos constatar se houve esse processo de repovoamento, apesar dos recentes ingressos de novas espécies no viveiro. Ressaltamos a transcendência da relação local através da possibilidade de reposição de espécies em outros municípios ou regiões.

Os gestores optaram por escolher famílias cujas espécies sejam pouco agressivas, e possam agradar mais aos visitantes pelo seu canto ou pelo esplendor de sua plumagem e pela curiosidade de seus hábitos.

No entanto um dos fatores mais importantes e restritivos na manutenção das aves que povoam o viveiro é a sua alimentação, preocupando-se para que os indivíduos não sejam perdidos ou deixem de reproduzir, uma vez que suas necessidades nutricionais não estejam atendidas. Segundo o Plano de Manejo, para que uma ave ainda não domesticada possa viver em vida cativa, mesmo que nascida em cativeiro, é necessário, além do espaço razoável, o cuidado com o fornecimento de alimentos.

De acordo com o Plano sua construção foi planejada dentro da mais moderna concepção, sendo sua tela apoiada em apenas duas estruturas de postes de aço com vinte metros de altura, dispostos equidistantemente a uma distância de 15 metros de cada extremidade, e separadas de 50 metros uma da outra, além de uma estrutura central constituída por três mastros, distante das outras duas de 25 metros. Sua tela fica disposta em cada extremidade como uma lona de circo aberta num dos lados para a união com a outra extremidade através um retângulo de tela, conforme desenho abaixo. Houve revestimento em PVC verde escuro, para que se camufle confundindo com a vegetação de porte elevado, que envolve o telado por dentro e por fora. Veja na perspectiva a seguir um esboço da concepção do

viveiro, e em seguida, visando uma comparação, uma foto atual do viveiro tirada em uma de nossas visitas.

(ver Anexo 7.2, Figura 7, pág 93)

(ver Anexo 7.1, Foto 12, pág 87)

Podemos analisar, em algumas intenções dos objetivos específicos da Unidade de Conservação, que de fato alguns deles estão se concretizando territorialmente, e que estas intenções agregam valores éticos-ambientais muito importantes para sustentabilidade, a saber:

“A preservação e a conservação dos remanescentes da floresta de planície arenosa costeira úmida, e de vegetação específica de restinga”. (ver Anexo 7.1, Foto 13, pág 84)

“Preservação das áreas de vegetação ciliar das áreas de brejos e alagados e estas coleções, que são sítios de abrigo e reprodução de espécies migratórias e ameaçadas de extinção”.

“Proteger os maciços isolados de formações florestais e refúgios associados, de forma a propiciar condições de interligação entre eles”.

“Assegurar a continuidade de corredores biológicos no âmago da reserva da biosfera da mata atlântica no estado do Rio de Janeiro”.

“Garantir a diversidade e o endemismo de flora e fauna pela ampliação de nichos Ecológicos”.

“Propiciar campo permanente para a educação ambiental, o lazer, e a pesquisa científica orientada ao reconhecimento e sobrevivência da biodiversidade e dos demais elementos”. Na tabela e gráfico em anexo vemos que o Parque segue cumprindo suas propostas de promover a educação ambiental, através de visitas monitoradas, a nível local e regional.

“Contribuição para o conhecimento técnico-científico que objetiva a recuperação ou restauração de ecossistemas degradados pelo mau uso do solo, pelas queimadas, pela invasão de plantas exóticas, pelo extrativismo fortuito ou ilegal”. Observamos que o município ainda sofre com problemas de queimadas, desmatamento e caça ilegal dentro das suas Unidades de Conservação. Mas ressaltamos que há uma preocupação por parte dos gestores das UC's em relação a esse problema, sendo que os próprios projetos de educação ambiental abordam o tema segundo informações dos gestores das UC's do município.

“A importância deste expressivo patrimônio, que após criteriosos levantamentos e prospecções apresentados nos relatórios temáticos por renomados especialistas e com o auxílio de um sistema de informação geográfica, foi possível desenvolver um planejamento para o Parque dos Pássaros, com vistas a melhor utilizá-lo e protegê-lo para as gerações futuras”.

Em relação ao sistema de informações geográficas, ressaltamos a importância do uso das tecnologias atuais de cartografia no auxílio ao Plano de Manejo, ao Diagnóstico Ambiental, e ao Plano de Gestão do Parque dos Pássaros.

No Plano de Manejo, juntamente com um acervo fotográfico em meio digital, estão as seguintes informações geográficas: Mapa com Imagem de Satélite da Bacia Hidrográfica do Rio das Ostras; Mapa com Zoneamento da Unidade de Conservação; Mapa com Setores Ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio das Ostras; Mapa do Entorno.

Assim mostraremos, em anexo, fotos tiradas pelo lado de fora do viveiro onde se podem observar algumas espécies. (ver Anexo xx, Fotos 15 a 17, pág xx)

Apenas complementando nossa análise, vamos nos basear novamente na questão revelada por Siqueira (2003 pag. 23-24) das tendências da ética ambiental sustentável e sua superação. Sendo a primeira tendência uma preocupação crescente em resgatar os valores sócio-ambientais das culturas tradicionais e das expressões culturais da sociedade tanto a nível local como a nível global. Para tal os paradigmas éticos das culturas tradicionais regionais e locais devem servir de referência para a construção da sustentabilidade socioambiental. Reiteramos ainda a observação do autor para que os resultados de ações concretas e sustentáveis, vividas no local, passam a ser hoje referenciais importantes para a superação do dualismo, de se pensar o social separado e distinto do ambiental. Também da superação de utopias não encarnadas e praticas locais contraditórias. Assim julgamos mais do que satisfatório o processo de reterritorialização que o Plano de Manejo promove no Parque dos Pássaros. A julgar pelo curto prazo de tempo do funcionamento do Parque, através do seu plano de manejo, ele oferece realmente uma experiência local, mas que com partilhada nos níveis regional, nacional e global como mostra a tabela e o gráfico, mas que expressa uma nova territorialidade socioambiental de caráter histórico, social, ambiental, religioso, geográfico e etc.

(ver Anexo 7.3, Tabelas 1 e 2, pág 95 e 97)

(ver Anexo 7.3, Gráfico 2, pág 95)

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

## 4.6

### Projeto de Urbanização de Costa Azul

Complementando nossa análise sobre sustentabilidades e valores no Município de Rio das Ostras, faremos uma abordagem simplificada sobre o projeto paisagístico da orla de Costa Azul. Nossa abordagem visa fortalecer nossa perspectiva de que a incorporação de valores socioambientais, pelos atores e agentes locais, vem a ser uma das ferramentas mais eficientes na construção de novas territorialidades, e na promoção de uma educação ambiental, que promova uma relação de sustentabilidade duradoura no tempo e no espaço.

Nossa breve análise esta baseada em torno do trabalho de SIQUEIRA (2009, pag.39-48) que se volta “apenas aos aspectos de relacionados com o processo de arborização da orla marítima e sua estreita relação com o ecossistema de restinga”. O autor destaca a questão da integração entre arborização e ecossistema, a saber:

“Um dos caminhos que ajudam a criar uma sustentabilidade socioambiental de um município é a integração entre arborização urbana e os ecossistemas que compõem a territorialidade local. Essa integração, quando bem planejada e executada, ajuda a criar, através do processo de educação ambiental, uma escala de valores, pois aumenta a consciência social e amplia o interesse pela preservação do patrimônio ambiental de um local ou região” (SIQUEIRA 2009, pag.45).

O autor classifica o modelo de arborização adotado em Rio das Ostras como, “inovador, original e ambientalmente correto”. A região de Costa Azul é originalmente formada pelo ecossistema litorâneo de restinga, e por isso as faixas contendo os fragmentos desse ecossistema foram mantidas tanto em áreas de circulação de pedestres como nos espaços comerciais para os quiosques, diferentemente do que aconteceu em outras faixas litorâneas dos municípios do estado do Rio de Janeiro. A questão da inovação se dá pelo fato de que, segundo o autor:

“Infelizmente no Brasil os modelos de arborização, na grande maioria, não expressam a riqueza da biodiversidade de nosso território nacional, pois muitos estão calcados em esquemas europeus, sendo constituídos por espécies exóticas procedentes de outras territorialidades que não fazem parte da história socioambiental do local” (SIQUEIRA 2009, pag.46).

Outro importante aspecto ressaltado pelo autor e vivenciado por nós em visita de campo é a proximidade que o freqüentador da orla, seja turista, morador, ou veranista, desfruta do ecossistema nativo. Quando a restinga passa a fazer parte do convívio social e recreativo, inspiram-se ainda mais o ato contemplativo e o espírito de conservação. Acreditamos que, resultado da interiorização proporcionada pela proximidade, uma maior atenção é dada pelo visitante, a pequenos e belos detalhes como flores, pendões de bromélias, frutos de cactos, formas e cores distintas etc (ver Anexo 7.1, Foto 17, pág 89).

Não foram introduzidas espécies exóticas ou de outro ecossistema. Somente espécies de restinga encontradas na própria região, fazem parte do projeto paisagístico, algumas bem características desse ecossistema como, por exemplo, (segundo o artigo do referido autor): espécies arbustivas como a Clúsia (*Clusia hilariana*) e a frutífera Pitanga (*Eugenia uniflora*); espécies de Bromélias como a *Noeregelia cruenta*; espécies rasteiras fundamentais para o processo de fixação como a *Ipomoea pé-caprae*; e espécies de porte arbóreo como a *Coccoloba sp.* etc.

A realização do projeto também é caracterizada pelo fato de ser um “paradigma inspirador”. Ressaltamos a oportunidade de que uma realidade vivida localmente, venha a motivar outros projetos paisagísticos, no mesmo molde de incorporação do ecossistema local, no contexto regional, nacional e até mesmo global.

A seguir destacamos os principais pontos, para nosso trabalho, da experiência do projeto paisagístico da Orla de Costa Azul com a inserção de algumas fotos de nosso arquivo pessoal, a saber:

1)Valor de resgate ecossistêmico: ao trazer o modelo paisagístico para a área urbana, o projeto resgata a memória do ecossistema restinga para o município.

2)Valor cultural ecossistêmico: o ecossistema faz parte do valor cultural e biológico do município. O projeto paisagístico reforça esse valor.

3)Valor educativo: com a representação ecossistêmica mais próxima ainda da área urbana, as pessoas e as escolas têm a possibilidade, através da educação ambiental, de conhecer melhor as espécies de restinga, despertando o interesse pela conscientização de se preservar o ecossistema. (ver Anexo 7.1, Foto 18, pág. 90)

4)Valor contemplativo: estando próximo das áreas de circulação de transeuntes, as pessoas têm a possibilidade de contemplar os detalhes das formas, da beleza, da singularidade e com isso, manter uma relação mais efetiva com o ecossistema.

5)Valor diferencial identitário: O projeto por ser original em área urbana no interior do estado do Rio da Janeiro, agrega um valor paisagístico que diferencia o município de Rio das Ostras dos demais. O projeto acentua a marca identitária da restinga no município. (ver Anexo 7.1, Foto 19, pág 90)

## 5.

### Considerações Finais

A crise ambiental da atualidade se mostra complexa. Há o risco de propostas que fiquem apenas no nível da retórica ou com foco apenas em questões isoladas. As propostas que realmente incorporem as sustentabilidades devem contemplar uma abordagem sistêmica e interligada aos diversos aspectos onde a crise impõe sua marca, transcendendo um modelo de desenvolvimento com implicações deteriorantes na relação do ser humano com a sociedade e a natureza. O desafio também consiste em incorporar ao processo de construção de novas sustentabilidades, valores éticos e ambientais, onde novos agentes apontem alternativas e soluções inspiradoras para futuras mudanças. Como implementar uma proposta de desenvolvimento sustentável que satisfaça as dimensões distintas das realidades sociais e ambientais locais? Quais seriam essas dimensões? Como podemos agregar a questão das “sustentabilidades” já que não se configuram conceitualmente e sim como propostas? Quem seriam os agentes e atores sociais promotores do desenvolvimento sustentável e/ou das sustentabilidades locais? Que novas territorialidades eles estão dando ao uso do espaço? E, finalmente, em que base de valores se constitui essa dinâmica?

O que mais marcou o processo de estudo foi verificar que soluções inspiradoras para essas questões acima estão presentes na dinâmica territorial do Município de Rio das Ostras, principalmente no Plano de Manejo de suas Unidades de Conservação e no projeto de paisagismo de Costa Azul, à luz das dimensões e critérios da sustentabilidades e dos valores ético-ambientais.

Optamos por um estudo, devido à própria natureza complexa de informações e dados que se encontram nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação. Nosso estudo desses documentos nos inspira a crer que seus valores implícitos contribuem para uma gestão de sucesso das UC's, e que na prática podem servir de exemplo a outros modelos de gestão. Ratificamos aqui, através de nosso estudo, nossa avaliação satisfatória sobre dimensões e critérios de sustentabilidade e incorporações de valores éticos socioambientais, nos processos de territorialização que marcam a dinâmica espacial recente no município de Rio das Ostras.

Desde sua emancipação em 1993 o município de Rio das Ostras vem passando por significativas transformações no seu espaço. Como pudemos observar nos dados demográficos e censitários, a questão do uso e ocupação do solo no município vem se integrando a uma dinâmica intensa de chegada de novos moradores a cada ano, seja fruto da dinâmica socioeconômica dos royalties, da inserção do processo de expansão imobiliária da chamada região das baixadas litorâneas, da expansão da fronteira da especulação imobiliária de Macaé, da demanda do turismo, entre outros. O fato é que Rio das Ostras se insere rapidamente numa lógica de produção do espaço que requer cuidados para que não haja uma alteração drástica de sua belíssima paisagem natural, e os seus fragmentos ainda bem preservados.

Em trabalho realizado no município pela equipe de professores do departamento de Geografia da PUC-Rio em 2002, com a coordenação do Prof. Dr. Josafá Siqueira SJ, foi constatado que os processos de territorialização local estavam de acordo com princípios éticos socioambientais e que o município tinha ótimas condições de servir de exemplo de gestão socioambiental correta. Podemos dizer, sem querer nos eximir dos problemas que existem em qualquer esfera de administração pública, que esses valores continuam sendo potencializados e Rio das Ostras pode ser considerado um exemplo a ser seguido por outros municípios.

Assim nossas considerações se deram levando-se em conta duas questões suscitadas por nós, a saber:

a) O papel do poder público de Rio das Ostras na gestão territorial, através da elaboração e da implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação. O Estado continua a ser um divisor nas intenções do mercado competitivo mundial em relação aos poderes locais (GUIMARÃES 1997). A oferta de bens comuns requer a participação de atores sociais e não competitivos cabendo ao Estado transcender essa lógica da competitividade para continuar sendo um dos instrumentos capaz de enfrentar o poder das transnacionais e mediar o complexo político que envolve as intenções do setor financeiro e as regulamentações que vão garantir os diferentes modelos de sustentabilidades.

b) Se esses projetos estão verdadeiramente servindo na prática, para a construção de novas territorialidades locais que expressem a sustentabilidade socioambiental, e a incorporação de valores éticos, com seus desdobramentos a nível regional, nacional e global.

Em relação à primeira questão ressaltamos que pudemos observar, no decorrer de nosso estudo, que o processo de integração pessoal entre as diferentes secretarias administrativas do município, é um dos fatores que contribuem para uma gestão bem qualificada. A dimensão local também mostra sua importância, pois, fruto de gestões seguidas de uma mesma linha de ideologias de políticas públicas, as relações tornam-se mais fáceis e os setores representativos da sociedade exercem de forma mais integrada sua participação. Todo contato exercido com a representação pública, ao longo de nosso trabalho, foi extremamente bem sucedido e não tivemos problemas em relação ao acesso a documentos e informações pertinentes ao nosso estudo. Notamos no estudo dos Planos de Manejos que, apesar da complexidade envolvida numa gestão de Unidade de Conservação, a concretização de suas propostas sempre envolveu a participação das comunidades direta ou indiretamente ligadas ao entorno. Até mesmo o fato de que alguns impactos, como caça e desmatamento, serem resultantes da ação antrópica de quem está vizinho às unidades, segundo relato de seus gestores, foi levado em consideração dentro de perspectiva de conscientização. Logicamente que há bolsões de pobreza no município de Rio das Ostras, e que há problemas de ordem fundiária, mas em relação a seus resgates de valores e formas de gestão visando uma sustentabilidade socioambiental, sua gestão pública é no mínimo satisfatória.

Deixamos como ponto crítico o desafio de que é preciso estar mais evidente para os visitantes, as ações sócio-educativas sobretudo porque grande parte da população a ser conscientizada vem de fora do município. Tivemos a oportunidade de estar em dois dias do feriado de carnaval e vimos que na orla de Costa Azul os turistas e veranistas não tiveram o menor respeito pelo ecossistema de restinga. Havia copos plásticos, latas de alumínio, pontas de cigarro nas bromélias, e pisoteio nos canteiro do belo projeto paisagístico. Medidas sócio-educativas e normativas, visando especificamente essas datas festivas e levando em consideração a população de turistas que chega à cidade, podem ser mais evidentes, com auxílio do poder público e da comunidade residente com medidas conjuntas, colaborando no processo de conscientização da preservação dos ecossistemas. Assim expandem-se as fronteiras da preservação para além dos territórios específicos das unidades de conservação. Também não podemos deixar

de apontar que Rio das Ostras não é só a parte litorânea com seus ecossistemas de mangue e restinga e seus costões rochosos.

Em relação à segunda questão levantada às Unidades de Conservação, cremos que o município vem cumprindo muito bem as propostas de seus Planos de Manejo, levando em consideração que algumas atitudes levam tempo para serem cumpridas. Pelo menos em nossas observações de campo, principalmente no Parque Municipal dos Pássaros e na APA de Iriry, constatamos algumas realizações muito dentro das expectativas previstas nos Planos de Manejo. Como desafio para agentes e atores do município de Rio das Ostras fica a tarefa de lutar por uma sociedade sustentável e por um desenvolvimento sustentável. Para colaborar com tal desafio deixamos nosso estudo e as reflexões reveladas por SIQUEIRA (2002) na sua análise sobre o município:

*“Pensar e agir localmente é a melhor maneira de contribuir com a solidariedade global”.*

*“Resgatar valores socioambientais do município é colocar em prática nossos princípios éticos”.*

*“O amor pelas grandes causas ecológicas se expressa na fidelidade às pequenas ações sustentáveis”.*

*“A capacidade de preservar e valorizar o meio ambiente é um sinal externo de uma atitude interiormente nobre e espiritualmente elevada”.*

*“Uma educação verdadeiramente ambiental se realiza no equilíbrio entre aquilo que pensamos e aquilo que somos capazes de realizar concretamente”.*

*“Uma atividade ambiental que é plasmada pela racionalidade axiológica , resgatando as memórias e os símbolos vivos de uma comunidade, torna-se um exemplo de sustentabilidade local para as atuais e futuras gerações”.*

## Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri, LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas de sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: projeto Brasil Sustentável e democrático. Fase, 1999.
- BECKER, B. e MIRANDA, M. (orgs.), **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia Mundialização e Espiritualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1996.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. São Paulo: Ed. Cultrix 1996.
- FONSECA, D.P.R., **Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável**. In LIMA, L.C. (ed.), Em Debate. Revista Eletrônica do Departamento de Serviço Social, PUC-Rio.
- FONSECA, Marcelo L.G. **“O Desenvolvimento Sustentável e o Território como Fonte de Análise da Agenda Verde do Município do Rio de Janeiro”**. Rio de Janeiro, 2001. Monografia de conclusão do curso de Geografia e Meio-Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- FREITAS, M.M. – 2003- **Funcionalidade hidrológica dos cultivos de banana e territorialidades na paisagem do Parque Municipal de Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ**. 2003, 247p. Tese (Doutorado), Programa de Pós -graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003
- GOMEZ-HERAZ, J.M. **Ética Del médio ambiente**. Madri: Tecnos, 1997. 261p.
- GUIMARÃES, Roberto P. **Do desenvolvimento (in) sustentável à sociedade sustentável**. In: RIO 92 - 5 anos depois. Rio de Janeiro: FASE, 1997.
- GUIMARÃES, Roberto P. “Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas”. In: BECKER, B. e MIRANDA, M. (orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. IN: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. IX, 2001. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001, pp.1769-1777.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; CORGOSINHO, Rosana Rios. **Recortes de Lugar**. Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG, nº1, vol.2, PP.7-21, Belo Horizonte, Jan/Jun. 2006.

LEFF, Enrique. **A Racionalidade Ambiental**, a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

MATTOS, R.C. de. As Transformações do singular espaço do município de Rio das Ostras. In: SIQUEIRA, J.C. DE (Org.). **Educação Ambiental- resgate de valores ético-ambientais do município de Rio das Ostras (RJ)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Petrobras-PUC-Rio, 2002, v.1, p.9-16.

MARQUARDT, Bernd. História de la sostenibilidad. Un concepto medioambiental en la historia de Europa Central(1000-2006). **História Crítica**, nº32, pp.172-197, Bogotá, Jul./Dec.2006.

MOREIRA, Roberto. **Cultura, sustentabilidade e saberes assimétricos**: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. 28º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, outubro de 2004

PAGANOTO, Faber. **Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, A “Capital do Petróleo”**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008, 110 pp. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, M.A. **Ecologizar**. Pensando o Meio Ambiente Humano. Belo Horizonte: Ed. Rona, 1998

RUA, João (org.) **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva Multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: PUC-Rio.2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**, Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp 2008.

SEMAP – R.O. Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do Município de Rio das Ostras. **Plano de Manejo da ARIE de Itapebussus**, Dezembro 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo do Monumento Natural dos Costões Rochosos**, Dezembro 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo da APA de Iriry**. Dezembro 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo do Parque dos Pássaros.** Dezembro 2004.

SIQUEIRA, Josafa Carlo de. **Espiritualidade e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2008.88p.

\_\_\_\_\_. **Ética e Sustentabilidade Ambiental.** In FONSECA< D. P.R. (org), *O Social em Questão. Cultura e Sustentabilidade.* Vol 10, Número 10 , Ano VII. Segundo semestre de 2003. Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. PP.19-25

\_\_\_\_\_. **Novos Caminhos de Sustentabilidades Socioambiental em Territorialidades locais: Desafios do Mundo Globalizado.** Revista Sociedade em Debate.v.13,n.1. Escola de Serviço Social/UCPEL-Pelotas. Jan/Jun 2007. pp161-168

\_\_\_\_\_. **Ética Socioambiental.**Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.78p.

\_\_\_\_\_. **Ética e Sustentabilidade Local.** Revista O Social em Questão, n.18, Rio de Janeiro, PUC-Rio,2008. p.17-25.

\_\_\_\_\_. **Ética e Meio Ambiente.** São Paulo: Edições Loyola. 2°ed. 2002. 85p.

\_\_\_\_\_. **Ética ambiental no contexto da globalização.** In: RUA, João (org.) **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva Multidimensional da Geografia.** Rio de Janeiro: PUC-Rio.2007. pp131-140.

SIQUEIRA, J. C.; RUA, J.; ANDREATA,R.H.P.; OLIVEIRA,R.R.; MATTOS, R.C. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: resgate de valores ético-ambientais do município de Rio das Ostras, RJ.** São Paulo: Petrobrás – PUC-Rio, 2002. 71p.

TCE/RJ. **Estudo Sócio-Econômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro-Rio das Ostras.** Rio de Janeiro:TCE, 2008.76p.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O Encantamento do Humano.** Ecologia e Espiritualidade. São Paulo: Editora Loyola, 1991.

VIEIRA, Susana Camargo. “A Construção do Conceito Desenvolvimento Sustentável”. In: FONSECA, Denise P.R. & SIQUEIRA, J.C. (orgs). **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Sustentável: somando esforços, aceitando desafios.** Rio de Janeiro: Ed.Historia y Vida, 2002. p. 39-58.

.Weber, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo,** Londres, Unwin (1930). In: LEFF, Enrique. **A Racionalidade Ambiental,** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

## 7 Anexo

### 7.1 Fotos

Foto 1: Figueira Centenária



Fonte: <http://www.riodasostras.rj.gov.br/culturaehistoria.html> acesso em 22/09/09

Foto 2: Poço de Pedra



Fonte: <http://www.riodasostras.rj.gov.br/culturaehistoria.html> acesso em 22/09/09

Foto 3: Placa Informativa da APA Lagoa de IRIRY



Fonte: Visita de campo nos dias 21,22 e 23/01/2009)

Foto 4: Espaço para Lazer em torno da APA da Lagoa de Iriry



Fonte: Visita de campo realizada em 21,22 e23/01/09

Foto 5: Área de lazer com brinquedos de ferro na APA Lagoa de Iriry.



Fonte: Visita de campo realizada em 21.22 e23/01/09

Foto 6: Lagoa de Iriry com Cordão de Restinga ao fundo.



Fonte: Visita de campo realizada em 21,22 e 23/01/09

Foto 7 – Lagoa de Itapebussus



Fonte: Plano de Manejo do MN Costões Rochosos. Encarte II p.35

Foto 8- Visão Parcial dos Costões Rochosos



Fonte: Plano de Manejo do MN Costões Rochosos. Encarte III p.123

Foto 9 – Praia Areias Negras com vista da Praia Virgem ao fundo (MN Costões Rochosos)



Fonte: Visita de campo em 21/01/2009

Foto 10: Entrada do Parque Municipal dos Pássaros



Foto 11: Empreendimento imobiliário vizinho ao Parque dos Pássaros.



Fonte: Visita de campo realizado em 25/09/09

Foto 12: Vista frontal do Viveiro



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

Foto 13: Placa Explicativa na Trilha dentro do Parque



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

Foto 14: Casal de Aves dentro do viveiro.



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

Foto 15: Papagaio em processo de triagem.



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

Foto 16: Espécie de Pássaro do viveiro



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

Foto 17 : Início do calçadão em Costa Azul



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

Foto 18: Área de lazer integrada a Restinga na orla de Costa Azul



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

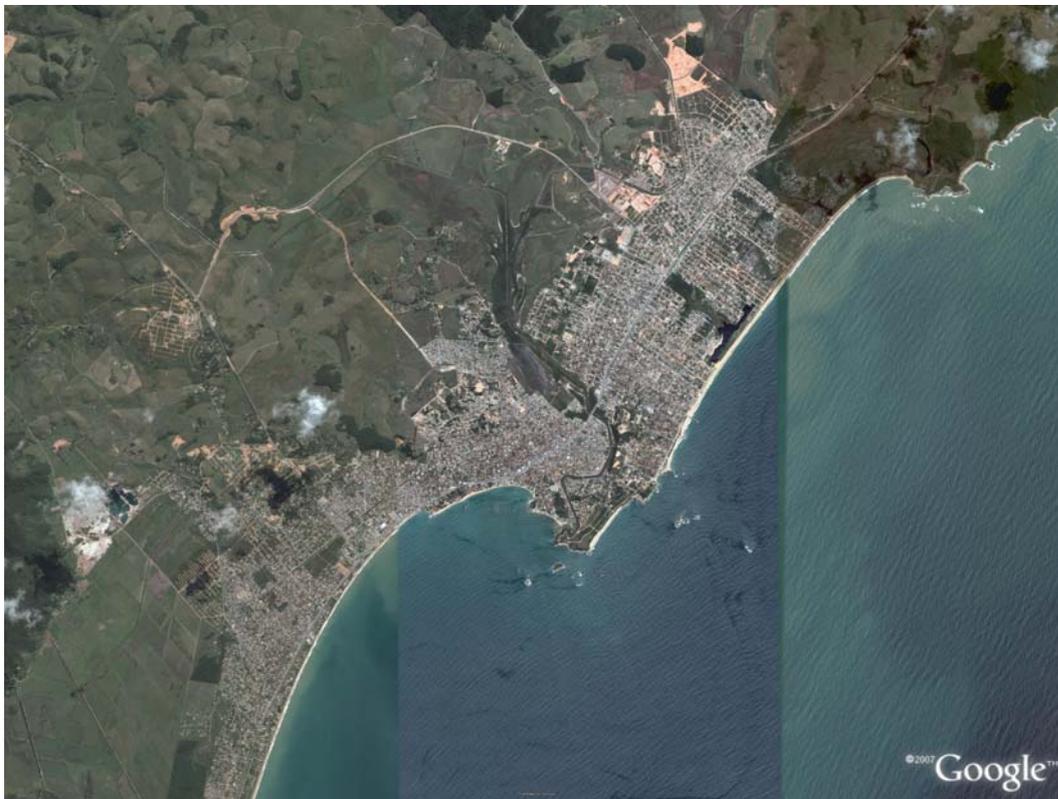
Foto 19: Praça da Baleia no início da orla de Costa Azul



Fonte: Visita de campo em 25/09/09

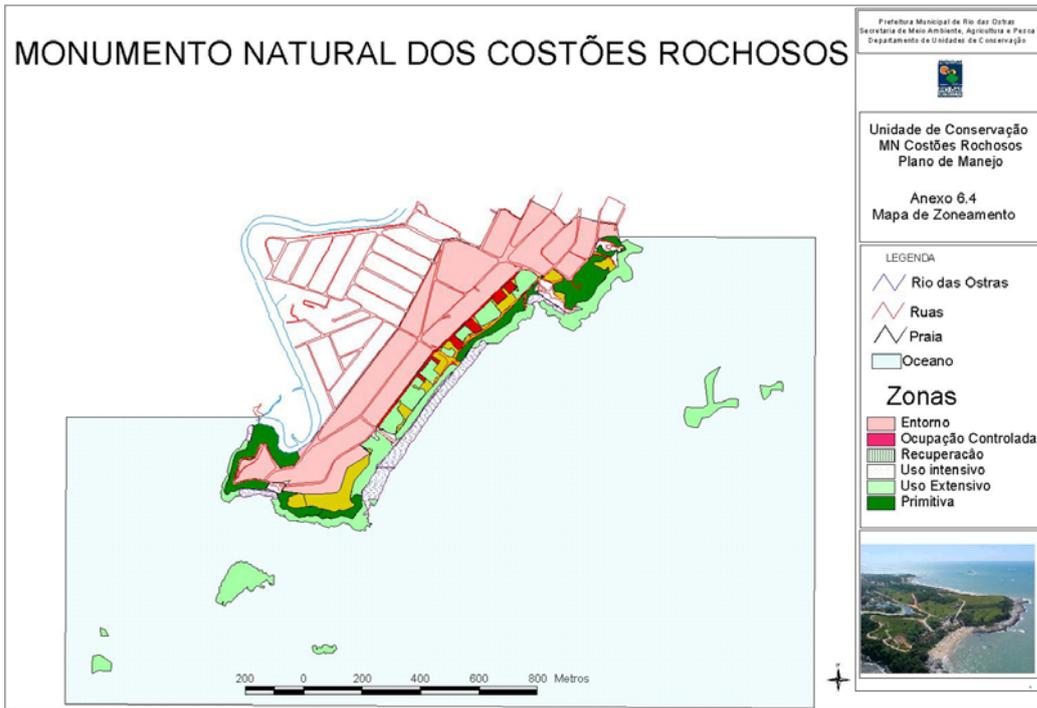
## 7.2 Figuras

Figura 2: Imagem de Satélite da Zona Urbana de Rio das Ostras.



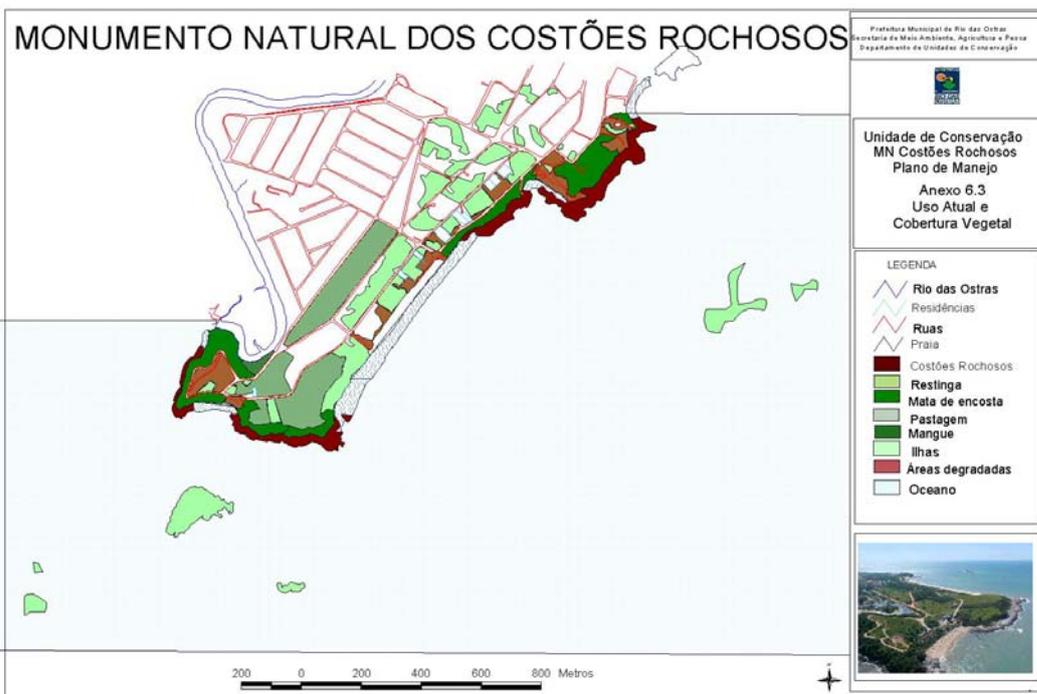
Fonte: Cedida por Guilherme Moreira (INEA-RJ) em 09/08/2009.

Figura 4: Mapa de Zoneamento do MN Costões Rochosos.



Fonte: Plano de Manejo do MN Costões Rochosos. Anexo 6.4.

Figura 5: Mapa de Uso Atual e Cobertura do Solo



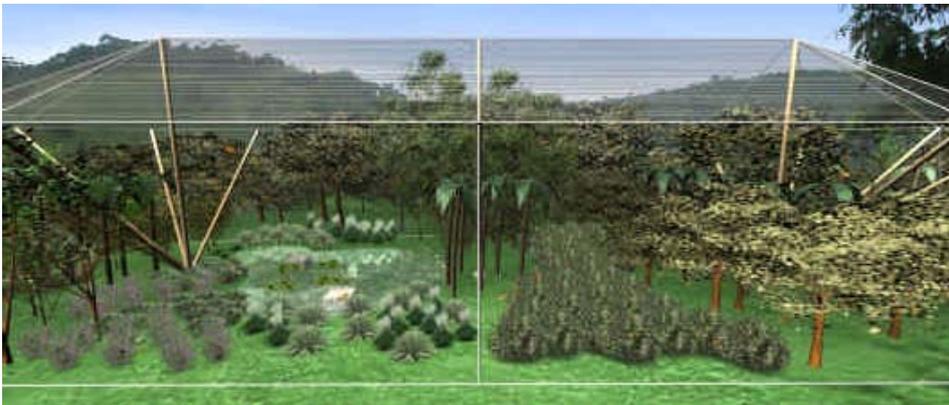
Fonte: Plano de Manejo do MN Costões Rochosos. Anexo 6.3

Figura 6: Localização do Parque sobre foto aérea



Fonte: Plano de Manejo Pq. Dos Pássaros, (Encarte I pág.19).

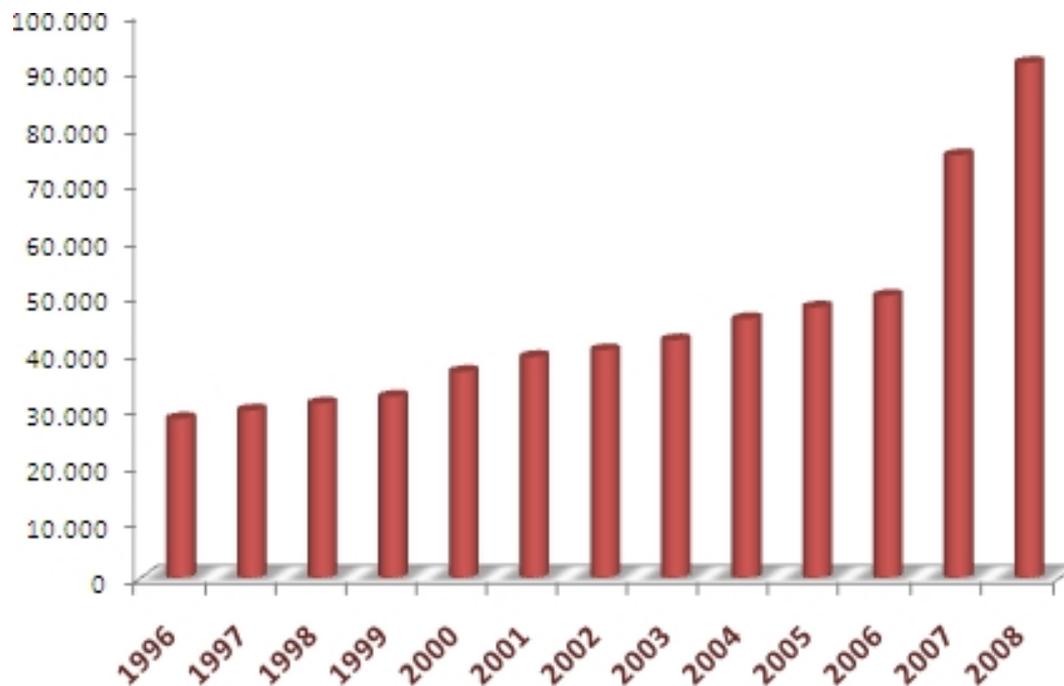
Figura 7: Perspectiva do Viveiro de Pássaros.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Dos Pássaros, Anexo I Pág.205

### 7.3 Gráficos e tabelas

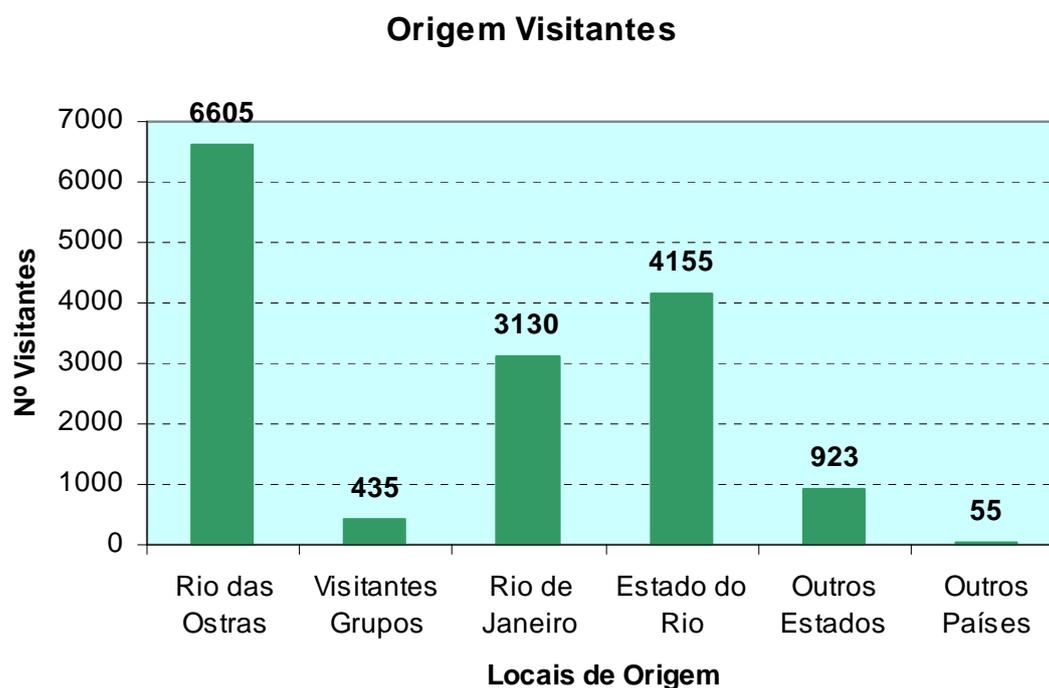
Gráfico 1: População de Rio das Ostras – 1996-2008



Fonte: Censos Demográficos, Contagens Populacionais e Estimativas Populacionais para Anos Intercensitários - IBGE; Dados obtidos no site:

<http://www.riodasostras.rj.gov.br/dadosgerais.html> acesso em 17/09/2009

Gráfico 2 – Origem de visitantes – Parque dos Pássaros - 2009



Fonte: Arquivo pessoal com base nos dados fornecidos pela administração do Parque

Tabela 1: Instituições Visitantes do Parque Natural Municipal dos Pássaros no 1º semestre de 2009

<b>Núcleo de Educação Ambiental - SEMED/SEMAP</b>			
<b>Projeto Expedição Ambiental - Conhecendo Rio das Ostras!</b>			
<b>DATA</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>LOCAL DA EXPEDIÇÃO</b>	<b>Nº. DE ALUNOS</b>
21/7/2009	APAE - RIO DAS OSTRAS	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	12
29/1/2009	CRECHE ESCOLA MAR E MAR	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	30
3/2/2009	APAE - RIO DAS OSTRAS	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	14
7/4/2009	COLÉGIO BARROCO LOPES - MACAÉ	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	53
15/4/2009	CEMAC - CENTRO EDUCACIONAL DE MACAÉ	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	45
17/4/2009	CENTRO EDUCACIONAL NADIR AGUIAR QUINTANILHA - ARRAIAL DO CABO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	35
22/4/2009	E. E. RIO DOURADO - CASSIMIRO DE ABREU	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	50
8/5/2009	CIC II - GILBERTO SOBRAL BARCELOS (MANHÃ)	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	25

8/5/2009	CIC II - GILBERTO SOBRAL BARCELOS (TARDE)	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	21
2/6/2009	E.M. ACERBAL PINTO MALHEIROS	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	36
3/6/2009	E.M. ACERBAL PINTO MALHEIROS	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	38
4/6/2009	CENTRO EDUCACIONAL EDUCARTE	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	25
5/6/2009	E.M. INAYÁ MORAES D'COUTO	SALA ECOLÓGICA - FAZENDA PARQUE	22
5/6/2009	E.M. PADRE JOSÉ DILSON DÓREA	SALA ECOLÓGICA - FAZENDA PARQUE	27
5/6/2009	E.E. MUNICIPALIZADA FAZENDA REUNIDAS ALTÂNTICA	SALA ECOLÓGICA - FAZENDA PARQUE	28
19/6/2009	COLÉGIO PALMEIRAS - CABO FRIO-RJ	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	60
25/6/2009	E. M. ONDINA PINTO MARCONDES	APA DA LAGOA DE IRIRY , COSTÕES ROCHOSOS E MANGUEZAL	111
26/6/2009	CIC II - GILBERTO SOBRAL BARCELOS (MANHÃ)	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	35
26/6/2009	CIC II - GILBERTO SOBRAL BARCELOS (TARDE)	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	38
29/6/2009	C. E. JACINTHO XAVIER MARTINS	SALA ECOLÓGICA - FAZENDA PARQUE	45
29/6/2009	E.M. INAYÁ MORAES D'COUTO	SALA ECOLÓGICA - FAZENDA PARQUE	35
30/6/2009	INSTITUTO DOM BOSCO - BARRA DE SÃO JOÃO / CASSIMIRO DE ABREU	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	49
2/7/2009	E. M. NELZIR PEREIRA MELLO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	60
2/7/2009	INSTITUTO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - MACAÉ	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	51
9/7/2009	E. E. FERNANDO FIGUEIREDO - DUQUE DE CAXIAS	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	45
10/7/2009	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - PURO	ETE, BOSQUE DE NEUTRALIZAÇÃO DE CARBONO E PARQUE MUNICIPAL	40
21/7/2009	E.E. JOSÉ DE SOUZA HERDY - DUQUE DE CAXIAS	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	45
29/7/2009	CRECHE VALDIRA FLAUCINO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL DOS PÁSSAROS	38

Fonte: Administração do Parque Municipal dos Pássaros

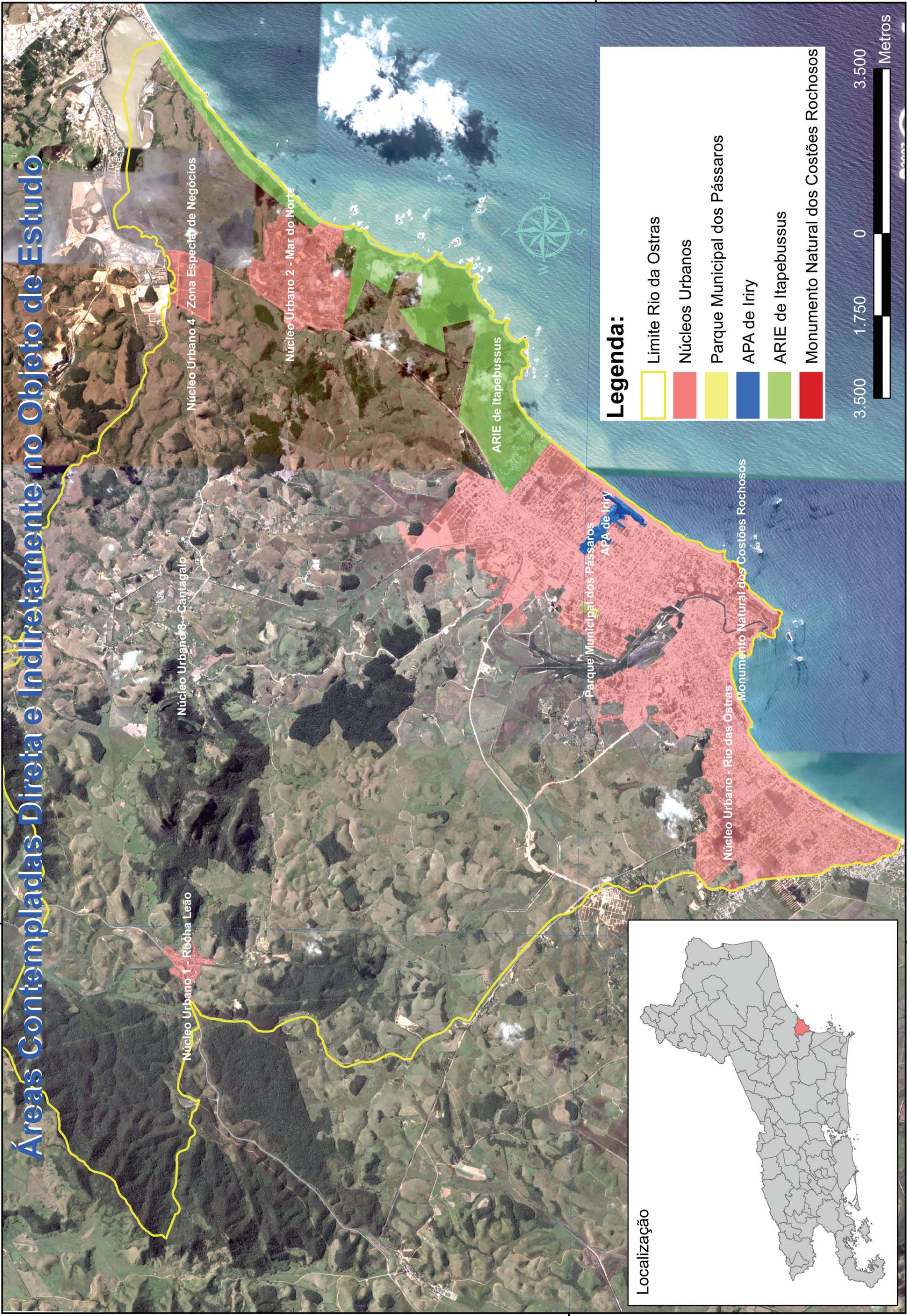
Tabela 2: Número mensal de visitantes e origem

	Rio das Ostras	Visitantes Grupos	Rio de Janeiro	Estado do Rio	Outros Estados	Outros Países	Total
<i>Janeiro</i>	505	25	861	812	302	6	<b>2511</b>
<i>Fevereiro</i>	374	0	314	268	33	5	<b>994</b>
<i>Março</i>	282	0	79	121	48	0	<b>530</b>
<i>Abril</i>	1022	0	419	679	100	13	<b>2233</b>
<i>Mai</i>	922	0	288	497	58	3	<b>1768</b>
<i>Junho</i>	1084	213	272	525	113	6	<b>2213</b>
<i>Julho</i>	1280	197	557	706	169	13	<b>2922</b>
<i>Agosto</i>	1136	0	340	547	100	9	<b>2132</b>
<b>Total Período</b>	<b>6605</b>	<b>435</b>	<b>3130</b>	<b>4155</b>	<b>923</b>	<b>55</b>	<b>15303</b>
Porcentagem do total	43,16%	2,84%	20,45%	27,15%	6,03%	0,36%	

Fonte: Administração do Parque Municipal dos Pássaros

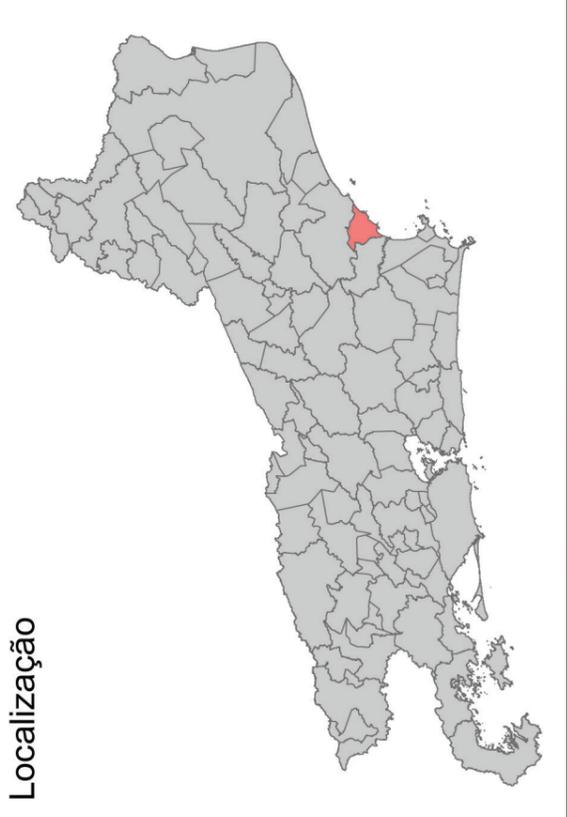
## 7.4 Mapa

# Áreas Contempladas Direta e Indiretamente no Objeto de Estudo



## Legenda:

- Limite Rio da Ostras
- Núcleos Urbanos
- Parque Municipal dos Pássaros
- APA de Iriry
- ARIE de Itapebussus
- Monumento Natural dos Costões Rochosos



Localização

22°30'S

22°30'S

42°W

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)